

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

JULIANE CINTRA DE OLIVEIRA

**MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: o Bem Viver para
construção de alternativas e superação do racismo**

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

**MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: o Bem Viver para
construção de alternativas e superação do racismo**

Juliane Cintra de Oliveira

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Cultura, Educação e
Relações Étnico-Raciais

Orientador: Prof. Ms. Márcio Farias

São Paulo
2019

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: o Bem Viver para construção de alternativas e superação do racismo¹
Juliane Cintra de Oliveira²

Resumo: A superação do racismo na sociedade atual exige um debate acerca dos padrões de relações sociais e reprodução da vida estabelecidos na cadeia de dominação global capitalista. Construir novas utopias e propor alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente é o que propôs a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, realizada em novembro de 2015. O presente artigo pretende refletir sobre a aderência do movimento a esta cosmovisão que conquista visibilidade nos últimos anos, a partir da experiência de São Paulo.

Palavras-chave: Alternativas Antissistêmicas. Bem Viver. Mulheres Negras. Racismo Estrutural. Utopias.

Abstract: The overcoming of racism in today's society requires a debate about the patterns of social relations and reproduction of life established in the chain of global capitalist domination. Building new utopias and proposing alternatives to the current model of development is what proposed the Black Women's March against Racism, Violence and for the Good Living, held in November 2015. The present article intends to reflect on the adherence of the movement to this worldview which has gained visibility in recent years, based on the experience of São Paulo.

Key words: Antisystemic Alternatives. Good Living. Black Women. Structural Racism. Utopias.

Resumen: La superación del racismo en la sociedad actual exige un debate acerca de los patrones de relaciones sociales y reproducción de la vida establecidos en la cadena de dominación global capitalista. Construir nuevas utopías y proponer alternativas al modelo de desarrollo vigente es lo que propuso la Marcha de las Mujeres Negras contra el Racismo, la Violencia y el Bien Vivir, realizada en noviembre de 2015. El presente artículo pretende reflexionar sobre la adherencia del movimiento a esta cosmovisión que conquista visibilidad en los últimos años, a partir de la experiencia de São Paulo.

Palabras clave: Alternativas Antisistémicas. Bien vivir. Mujeres Negras. Racismo estructural. Utopías.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais

² Jornalista – pós-graduanda em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) - E-mail: juliane.cintra@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. MULHERES NEGRAS: INSUBMISSÃO E RESISTÊNCIA COMO FORJA IDENTITÁRIA	9
3. MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: ENEGRECER O FEMINISMO E FEMINIZAR O MOVIMENTO NEGRO.....	16
4. DESDE A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS DE 2015: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO	22
4.1. MÉTODO DE PESQUISA E ENTREVISTADAS.....	22
4.2 MARCHA DE MULHERES NEGRAS: BEM VIVER E A SUPERAÇÃO DO RACISMO	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
7. APÊNDICES	37
7.1. APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	37
7.2. APÊNDICE B - ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA	38

1. INTRODUÇÃO

Diante das crises cíclicas da economia que impõem a sociedade um acirramento nas disputas sociais, aumento das desigualdades e ampliação da adesão pública a discursos xenófobos e racistas, a retomada do debate em torno das utopias desponta entre as alternativas daqueles que desde muito atuam na defesa e promoção de direitos humanos. No mesmo tempo vivido, experiências são revisitadas e ciclos estabelecidos no sentido de atribuir uma ordem aos acontecimentos e apontar novos caminhos de atuação – é exatamente neste momento em que as nações latinoamericanas se encontram, após o esgotamento do ciclo político, que depois de 1999, conduziu partidos progressistas aos governos na maioria desses países (LEITE; UEMURA; SIQUEIRA, 2018, p. 14). O desafio que se impõe é responder à pergunta, feita há quase duas décadas no contexto do Fórum Social Mundial³: um outro mundo é possível?

Mobilizações como a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, realizada em novembro de 2015, anteciparam as respostas para a berlinda que se vive na atualidade. É, sim, primordial construir um novo modelo de sociedade, porém tal empreitada, apontam as mulheres negras, exige a construção de novos marcos civilizatórios, a serem implementados por meio de um projeto antissistêmico, capaz de superar os marcos globais do capitalismo neoliberal e seu legado colonialista, que há séculos destrói povos e culturas locais, resultando na expropriação de territórios em escala maciça, bem como, na ascensão do racismo (SHOHAT; STAM, 2006, p. 41).

Como artífices das utopias, as mulheres negras inauguram uma nova etapa do movimento negro brasileiro, que após todo o acúmulo resultante do processo de redemocratização em 1988 e todo o investimento na construção do estado democrático, indica um horizonte de rupturas com o capitalismo global, definido pelo economista austríaco Joseph Schumpeter, como uma civilização das desigualdades (ACOSTA, 2008, p. 31).

É neste cenário que o conceito de Bem Viver conquista espaço de relevância, reivindicando que tanto Estado, quanto mercado sejam repensados e ao lado do poder social,

³ De acordo com sua carta de princípios (2017), o Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra. Com o mote "Um outro mundo é possível", foram realizados 16 encontros desde 2001, articulados por entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo.

do reconhecimento e valorização do multiculturalismo, assegurem a construção democrática de um estado democrático, como aponta Acosta:

O Bem Viver nasce da experiência de vida coletiva dos povos e nacionalidades indígenas. Busca a vida entre os seres humanos e destes com a natureza (...) uma sociedade que resgata o conhecimento e tecnologias populares, uma maneira sólida de se organizar, de dar uma resposta favorável, porque é o caminho a seguir e, neste sentido, o 'Bem Viver' deve, de fato, ser tomado como uma resposta antissistêmica ao conceito individualista de bem-estar (ACOSTA, 2008, p. 31)⁴

Ao tratarmos da luta antirracista liderada pelas mulheres negras, tal perspectiva de transformação do mundo e seus valores conquista lugar singular, no qual as lutas sociais representam o processo de construção de uma nova linguagem social que representaria, sobretudo, o alargamento do mundo comum em termos de cultura, valores e aspirações (TELLES, 1999, p. 5). Atuando no universo das esperanças, a Marcha das Mulheres Negras de 2015 aponta para construção de uma nova ordem social, que aterra consensos estabelecidos e referenciais valorativos.

Se as questões até aqui colocadas fazem algum sentido, então seria possível dizer que essa alteridade é construída pela mediação das esferas públicas democráticas nas quais essa palavra que se pronuncia sobre a ordem do mundo se faz audível e reconhecível na cena política. Mas essa palavra não exige apenas o reconhecimento da diferença dos que a pronunciam. Essa palavra significa sobretudo o alargamento do “mundo comum” pelas linhas de horizontes abertas por um leque multifacetado de problemas, dilemas, dramas, histórias e tradições que singularizam formas de existência. E isso significa dizer que na ótica desses “sujeitos falantes”, os dilemas atuais se especificam, se singularizam, em torno de feixes diferenciados e heterogêneos de problemas, de questões, de desafios - feixes que põem em foco, e sob o foco do debate, diferentes modos de descrever o país em sua história e tradições, nas possibilidades e limites inscritos no presente, mas também nos horizontes alternativos de futuro. Daí que essa palavra tem também o poder de tornar possíveis e relevantes coisas que antes não existiam em nosso horizonte cognitivo e valorativo. Para usar os termos de Rorty, essa palavra permite outras “descrições do mundo” e amplia nossos “repertórios de descrições alternativas” (TELLES, 1999, p.5).

Em outras palavras, a complexidade da ação política do movimento de mulheres negras é oriunda de sujeitos cuja reinvenção é um pressuposto para luta social. Quando é necessário criar uma nova linguagem e, portanto, um novo mundo capaz de dar conta do pleno exercício da cidadania de mulheres negras, o que ainda não está dado no campo do possível na atualidade,

⁴ As citações do artigo foram traduzidas pela autora

muitas são as formas de engajamento e mobilização, únicas e pioneiras, assim como foi a primeira Marcha de Mulheres Negras do mundo, assim como é a construção de uma nova sociedade a partir dos pressupostos do Bem Viver e do reconhecimento das contribuições dos povos originários e de seus saberes ancestrais.

Sendo assim, o presente artigo busca ao retomar o processo histórico que desencadeou a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, compreender quais são os horizontes propostos pelo movimento de mulheres negras. A partir da experiência de São Paulo, a ideia é identificar a aderência do movimento ao Bem Viver, cosmovisão que conquistou visibilidade nos últimos anos, como alternativa antissistêmica de superação do sistema de subordinação racial que estrutura as relações sociais na atualidade.

2. MULHERES NEGRAS: INSUBMISSÃO E RESISTÊNCIA COMO FORJA IDENTITÁRIA

Quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que, por esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimentaria (EVARISTO, 2009, p.18).

A investigação que se inicia neste artigo, parte da indagação sobre as possibilidades de construção de novas formas de reproduzir a vida e organizar a sociedade, tendo como sujeitos desse processo de reconstrução as mulheres negras. O questionamento surge em 2015, motivado pela Marcha de Mulheres Negras⁵, em Brasília, quando 50 mil mulheres de todo o país ocuparam a arena pública anunciando novos valores à existência, a dinâmica da vida e da ação política, traduzidas, naquele momento, na concepção do Bem Viver.

Em seu primeiro manifesto, as ativistas se apresentaram, apontando a transformação que estão dispostas a construir, marcando a mobilização como a deflagração de um novo tempo.

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório. Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem

⁵ No dia 18 novembro de 2015, 50 mil mulheres negras, ativistas, das cinco regiões do Brasil marcharam contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver, em Brasília (DF), a este encontro deu-se o nome de Marcha das Mulheres Negras 2015.

teto, em situação de rua. Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais. A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os) (CARTA, 2015).

Gestadas a partir da humanização incompleta proveniente dos lugares de dominação das opressões que as atravessam, falar da subalternização destas mulheres negras demanda compreender como raça e classe, entre outros elementos identitários e de subordinação, reconfiguram o modo como as mulheres negras vivenciam o gênero.

E aqui, vale retomar a afirmação de Jurema Werneck, quando categoricamente assevera que “as mulheres negras não existem” (2010, p. 10), em outras palavras, o que a autora explicita é que se não fosse a subordinação derivada do racismo, com bases na cor de pele e deslegitimação dos símbolos, valores e significados relacionados à África, sustentada em esquemas patriarcais heterossexistas e em condições de extrema exclusão (2010, p. 11), não existiríamos. Forjadas no imperativo de resistência, construímos nossa identidade a partir da insubmissão à desumanização. Processo este que se inicia no escravismo colonial e vem se reconfigurando ao longo dos séculos, como explica Hansebalg em seu livro, escrito com Lélia Gonzalez, “Um lugar de Negro”.

O racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo desta justificativa variou ao longo do tempo, tendo começado com noções imbuídas de uma visão religiosa do mundo que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Mais tarde e de uma maneira paradoxal, o ideário de igualdade e liberdade surgido no final do século XVIII acentuou a exclusão dos não-brancos do universalismo burguês e levou à necessidade de reforçar a distinção entre homens (brancos) e sub-homens (de cor). Já no século XIX, o darwinismo social, o evolucionismo, as doutrinas do “racismo científico” e a ideia da “missão civilizatória do homem branco” aparecem intimamente relacionadas à expansão imperialista dos países europeus (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.69)

Na atualidade, as justificativas mudaram, mas a manutenção do racismo prevalece, atuando não mais com base na ideia de raça como uma categoria científica, mas como uma construção social e política, em torno da qual – como aponta Hall – este sistema de poder

socioeconômico, de exploração e exclusão se organiza (HALL, 2003, p. 69 apud CARDOSO, 2012, p.52). Afiançando ao polo branco privilégios em detrimento dos prejuízos do polo negro, tais vantagens se manifestam em muitas dimensões sociais, todavia, ao retomar a apresentação das mulheres negras que integraram a Marcha em Brasília, é possível observar a centralidade dada ao cruzamento entre raça e classe por esta rede. Pois, embora, elas também sejam “parlamentares, professoras e gestoras”, entre outras profissões que ocupam melhores lugares sociais, elas seguem sendo em sua maioria representadas por aquelas profissões/territórios que ocupam a chamada base da pirâmide social: “moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua, trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, catadoras de materiais recicláveis”.

É na vida dessas mulheres que o movimento pretende incidir, o que desponta também em suas reivindicações em defesa da igualdade de direitos e oportunidades, em todos os eixos a dimensão material conquista relevância, seja no direito à vida que deve ser acompanhado de “condições sociais, políticas, econômicas” para garantia da dignidade; ou então na promoção da igualdade racial, quando “o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária” aparecem entre as principais demandas; no direito ao trabalho e ao emprego, no qual a remuneração justa e adequada tem seu espaço; no direito à terra ao tratar do racismo ambiental por meio da reforma agrária, demarcações/homologações dos territórios dos povos do campo e quilombolas, respectivamente e até mesmo ao abordar a mercantilização da vida, entre outras agendas listadas pela frente de organizações, movimentos sociais e sujeitos da sociedade civil que se articularam na organização de tal mobilização (CARTA, 2015).

Portanto, se raça é um dos eixos prioritários de investigação das ativistas negras (CARDOSO, 2012, p.54), dada a conformação da sociedade brasileira, ela não deve ser pensada de modo apartado da estrutura de classes, visto que a partir do legado do escravismo colonial estabelecemos uma estratificação social que se acomoda em torno das discriminações raciais. Não se deve, no entanto, incorrer nas ideias de que o racismo como herança do regime escravista tende a ser superado com o amadurecimento do capitalismo, ou então, que na verdade o preconceito no Brasil é de classe e não de raça (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.85;87). Tal perspectiva assimilacionista presente em abordagens-chaves das relações raciais no Brasil, aponta Hasenbalg, não é suficiente para explicar a coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (1982, p.88).

Segundo o autor, preconceito e discriminações raciais não se mantêm intactos após a abolição, assumem novas funções, sofisticando-se, ressignificando as estruturas sociais. Para além de ser somente uma herança de um legado ominoso que foi a escravidão, tais práticas perduram, pois, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro (1982, p.89).

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (...) quanto mais afastados estamos no tempo do final do sistema escravista, menos se pode invocar a escravidão como uma causa da atual subordinação do negro. Inversamente, a ênfase deve ser colocada nas relações estruturais e no intercâmbio desigual entre brancos e negros no presente (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.89;90).

Aqui vale abordar, ainda que de forma breve, as diferenças entre estrutura de classes e estratificação social e, como elas se relacionam com raça. Originária da tradição marxista, a estrutura de classes defende a existência de um mecanismo básico de exploração determinado pela estrutura de produção, ou seja, os lugares que os sujeitos ocupam na divisão social do trabalho dependem da relação propriedade/não propriedade privada dos meios, que por sua vez articulam duas classes fundamentais e antagônicas: os capitalistas, que detém os meios de produção e o proletariado, detentores da sua força de trabalho. Já a estratificação social é apresentada por Hansebalg (1979) como um sistema de distribuição diferencial de recompensas e privilégios, que implica um processo individual de obtenção de status e transmissão intergeracional da desigualdade social, variando dentro dos limites estabelecidos pela reprodução ampliada do capital. Complementarmente as duas estruturas de distribuição social atuam com as funções de reproduzir as relações de dominação ideológica, política e econômica.

O autor também destaca que a lógica da dominação racial é completamente distinta da de classe, enquanto a primeira se fundamenta na ideia de desumanização dos não-brancos, excluídos do universalismo burguês. A dominação de classe se dá a partir do imaginário de que há uma troca equivalente entre trabalho e salário, motivados pelo desejo de deslocamento individual ao longo das dimensões distributivas⁶, os indivíduos regulam suas insatisfações

⁶ Para Hasenbalg (1979, p. 102;108), as dimensões distributivas são definidas a partir de recursos ou meios – alguns adscritos, como origem familiar, sexo, raça, ou etnia e alguns adquiridos, como critérios de renda juntamente com os de riqueza, realização educacional, prestígio das ocupações, caráter do trabalho, forma de remuneração, local do trabalho, função na divisão social do trabalho, poder, autoridade, estilo de vida e autoidentificação, tais elementos constituem diferenças reais ao pensar as ocupações dos indivíduos naquelas

inerentes as desigualdades estruturais do capitalismo por meio do ajustamento entre as aspirações subjetivas e as oportunidades objetivas, estabelecidas pelas relações de produção e suas limitações (1979, p.107).

E é em função do cenário descrito acima que o racismo se perpetua enquanto sistema de opressão, para além de beneficiar os brancos capitalistas, ele é extremamente lucrativo por justamente assegurar vantagens e privilégios a todos os brancos da sociedade.

Acrescendo à reflexão a categoria gênero, atingimos o racismo patriarcal, que segundo Werneck distingue as mulheres negras como um polo passivo, incapaz e irresponsável (2010, p.11). Gênero para Joan Scott (1989, p.27) é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Definido como uma categoria de análise, seu núcleo estaria, de acordo com a autora, na constituição de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e em sua forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p.21). Scott conclui que o conceito deve ser reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só sexo, mas também raça e classe (1989, p.29).

Tal perspectiva é defendida pelas mulheres negras ao longo da história de luta por direitos, ao contestar o feminismo hegemônico que parte do pressuposto que é possível universalizar as experiências no gênero, tendo como referência as vivências das mulheres brancas, sem considerar a relação de poder e opressão existentes, inclusive, no seio da diversidade do ser mulher. Como salienta Lélia Gonzalez sobre a especificidade do feminismo negro, segundo Cardoso (2012, p.86):

“o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: [a diferença dada pela] solidariedade, fundada numa experiência histórica comum” (1984, p. 3). A solidariedade de que nos fala é a base da luta das mulheres negras, desde o período escravista até os dias atuais, das diversas formas de organização que, nem sempre, se acomodaram aos moldes formais, mas que sempre foram constantes e que se constituíram em resistência aos processos de dominação patriarcais, uma solidariedade historicamente construída, a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais marcadas pelo racismo, uma solidariedade que dá corpo aos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil (CARDOSO, 2012, p.86).

dimensões de estratificação social, ainda que não impliquem necessariamente em mudanças de posição de classe. A questão principal para o autor é como este sistema de interesses individuais, rompe com experiências de solidariedade dadas a partir da consciência de sua condição social, por conta do acesso a confortos privatizados da vida familiar e de afirmação individual através do consumo, privilégios que são escamoteados no discurso de meritocracia e de igualdade e liberdade nas trocas competitivas.

Experiência esta cuja perspectiva de análise escolhida pelos movimentos de mulheres negras⁷, articuladas em torno da marcha de 2015, é a interseccional, por ser a opção para a investigação do modo como distintos eixos de opressão reproduzem múltiplas discriminações para as mulheres negras, como aponta Cardoso em sua tese (2012, p.54), ao apresentar o modelo analítico proposto por Kimberlé Crenshaw, que trata justamente das várias formas de subordinação e os lugares de vulnerabilidade provenientes da síntese destas.

[A interseccionalidade] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177 apud CARDOSO, 2012, p.56).

Em vista disso, não se trata de processos de subordinação que atuam isoladamente, nem que se sobreponham, mas sim elaboram a transversalidade das hierarquias de poder (CARDOSO, 2012, p. 55). Apropriar-se de tal concepção é o que impõe a construção de uma epistemologia feminista negra que assume como compromisso primeiro a transformação da vida de mulheres negras a partir das especificidades que os marcadores sociais mais diferentes determinam, por meio dos inúmeros cruzamentos possíveis, a este conjunto de pessoas.

Sobre o pensamento feminista negro, entendida como esta perspectiva crítica sobre o mundo a partir das mulheres negras para as mulheres negras, Cardoso destaca a obra de Patrícia Hill Collins, ao descrever os pilares e objetivos do feminismo negro para autora:

1) a autodefinição e autoavaliação - a primeira envolve desafiar os processos que apresentam imagens estereotipadas e externamente definidas da womanhood [ou feminilidade, traduzido pela autora] das mulheres negras. A

⁷ Identificaremos a abordagem interseccional como amplamente difundida no movimento de mulheres negra em vários documentos e posicionamentos públicos, como veremos a seguir na perspectiva de Nilma Bentes, uma das lideranças no processo de construção da Marcha de 2015. Ressalto alguns trechos retirados de documento político (2017) entregue ao poder público por essa ampla frente que se reuniu em torno da mobilização em Brasília que denotam tal compreensão como comum a este coletivo de sujeitos políticos: “Racismo e sexismo são eixos extremos de diferenciação negativa. Portanto, a **confluência desses dois elementos deve estar no cerne da ação política**, exigindo enfrentamento simultâneo dessas variáveis por parte dos governos mundiais. Onde medir as desigualdades e discriminações? Em todas os campos por onde a vida se materializa”, ou ainda “O **entrelaçamento daquelas dimensões (raça, gênero, orientação sexual, entre outras)**, define a existência, limita expectativas de vida, estabelece linhas divisórias hierarquizadas de tal modo que somente o receituário econômico não consegue oferecer as chaves explicativas e as soluções adequadas” e, finalmente, “**privilégios e desigualdades apoiam-se mutuamente e oferecem o enredo para que as discriminações, com fundamento racial, de gênero e orientação sexual, se mantenham e, em alguns casos, se aprofundem**”. Todos esses excertos apresentam como demanda do grupo a superação do racismo interseccionado com outras formas de discriminação, com destaque ao sexismo e as desigualdades sociais oriundas da pobreza.

autoavaliação, ao contrário, salienta o conteúdo da autodefinição produzida pelas mulheres negras, ou seja, substitui imagens negativas por imagens e representações sociais femininas negras positivadas;

2) a intersecção das opressões de gênero, raça, sexualidade, entre outras, esta abordagem, ao priorizar as ligações entre os marcadores sociais, visibiliza a simultaneidade de determinantes de opressão que recaem sobre as mulheres negras; e

3) por último, o interesse pela redefinição da importância da cultura das mulheres negras, na medida em que direciona a atenção para áreas inexploradas da experiência feminina negra, como o relacionamento entre as mulheres negras em função do sentimento partilhado com a opressão (CARDOSO, 2012, p.24-25)

Olhar para as teias que dão conta do tecido social brasileiro, explica Cardoso, caracteriza o pensamento feminista negro, por sua vez, como aquele que retoma e reinterpreta a história das mulheres negras – como já apontado por Collins –, valorizando suas contribuições para construção da nossa sociedade, sendo responsável, assim, pelo enfrentamento ao racismo e ao sexismo de modo interseccional (2012, p.25).

Ainda que não se assumam em sua totalidade como feministas negras, todos os grupos políticos que compuseram a Marcha da Mulheres Negras, que se articularam em torno dos núcleos impulsores regionais nos três anos que antecederam o encontro de 2015, dialogam em alguma medida com tais interpretações, como fica nítido no texto de Nilma Bentes, na publicação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras⁸ que registra tal construção iniciada em 2011, quando fala da “pobreza-racismo-machismo (e lesbofobia, em muitos casos)” que leva as mulheres negras a “um viver doloroso”. Ela trata de um lugar específico, singular – estabelecidos por esses marcadores sociais – que define o lugar da opressão mas também de construção da identidade; de dominação, mas também de construção da resistência. Cardoso ressalta que

A importância do conceito [marcadores sociais] está em sua capacidade de caracterizar as opressões, devendo, entretanto, ser evitado o entendimento de que a interseccionalidade entre as opressões é um bloco totalmente homogêneo que cai pesadamente sobre a vida das mulheres, frustrando qualquer possibilidade de mudança. Esta perspectiva enfraquece o próprio objetivo político do conceito, ao negar a autonomia das mulheres e ao ocultar as experiências individuais e, principalmente, coletivas, de enfrentamento às opressões (CARDOSO, 2012, p.57).

⁸ Fundada em 2000, a AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras) é atualmente constituída de 23 organizações provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de viabilizar a participação das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2002), é uma das frentes que idealizou e liderou a construção da Marcha de Mulheres Negras de 2015.

Em sua tarefa de autodefinição e autoavaliação da trajetória de mulheres negras, o pensamento feminista negro e a atuação do movimento de mulheres negras encara os laços dessa história comum como posicionamentos políticos, como explica Cardoso em diálogo com Hall, a identidade - entendida como algo em permanente transformação, que se forma a partir da interação constante com a sociedade, grupo ou cultura – de mulheres negras passa pela positivação de símbolos, pela ideia de pertencimento e solidariedade, ainda que forjadas em sociedades desiguais, racistas e patriarcais. A ressignificação de tais “pontos de identificação” determina esta identidade coletiva e ancora a aglutinação dessas mulheres (CARDOSO, 2012, p.59-60).

3. MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: ENEGRECER O FEMINISMO E FEMINIZAR O MOVIMENTO NEGRO⁹

Definir o ponto de partida da história de resistência e luta das mulheres negras no Brasil, acaba inevitavelmente por desembocar na escravização no início do século XVI. Desde os anos iniciais da exploração racial, a elas é dada autoria de construção dos primórdios de uma identidade nacional e do processo de civilização do Brasil colonial, como explica Lélia Gonzalez:

Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas, é a chamada “resistência passiva”. A nosso ver, a “Mãe Preta” e o “Pai João”, com suas estórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso “Volksggeist”. Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente coube a Mãe Preta, enquanto sujeito-suposto-saber a africalização do português *falado* no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira. E se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por esta razão que a cultura brasileira é eminentemente negra (GONZALEZ, 1982, p.93-94).

Para Werneck, este processo de resistência somente foi possível por conta de um repertório de organização política que tem origem ainda em África, passando por um processo de ressignificação na diáspora, presente nos mitos sagrados do Candomblé e da Umbanda, religiões de matrizes africanas; na funcionalidade das sociedades secretas como Geledés e

⁹ Excerto da fala de Nilza Iraci, coordenadora de comunicação do Geledés - Instituto da Mulher Negra, retirada da tese de doutorado de Claudia Pons Cardoso sobre a perspectiva das mulheres negras brasileiras sobre o feminismo, ver em Cardoso, op. cit., p. 252.

Eleekó; na figura das ialodês, lideranças femininas que existiram nas cidades iorubas pré-coloniais, representante das mulheres; na luta quilombola e pela abolição da escravidão por meio das insurreições e irmandades (2010, p. 13;14).

Ângela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), destaca o papel das mulheres negras no combate a desumanização imposta pelo regime escravista, a elas coube papel central na constituição de uma vida doméstica na senzala, prática essencial para sobrevivência da comunidade negra. A negação ao lugar de “horda subumana de unidades de força de trabalho” (2016, p.28) é a gênese de arranjos familiares na qual a igualdade entre os sexos é fundamento, afinal, não havia uma hierarquização da divisão sexual do trabalho. A própria autora comenta que o trabalho doméstico de homens e mulheres eram igualmente necessários, todos poderiam trabalhar na cabana, na horta ou na caça. A igualdade negativa da exploração escravista, que não diferenciava homens e mulheres no que dizia respeito a força ou produtividade – vale lembrar, no entanto, que se desprovidas de gênero no trabalho, a elas eram infligidos castigos e punições, quando convenientes, cabíveis apenas às mulheres, como o estupro – foi transformada, segundo Davis, em qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais (DAVIS, 2016, p.30). E é como herdeiras desse legado que as mulheres negras, nos dias de hoje, seguem rechaçando os padrões e relações de gênero, que não dão conta de suas experiências enquanto mulher.

[...] todas essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher (DAVIS, 2016, p.41).

Reivindicar esta nova condição e construir ações políticas que deem respostas ao enfrentamento ao sexismo e ao racismo tendo em vista tais vivências é o campo político em que se dará a atuação de mulheres negras.

A categoria movimento de mulheres negras, porém, abriga uma identidade política fortemente construída por estas mulheres a partir da reivindicação do passado histórico de luta em comum e orientada pela compreensão de que “o enfrentamento ao racismo é fundamental e prioritário”, pois se constitui no “principal fator de produção de desigualdades seja entre mulheres e homens, seja entre mulheres”. Desigualdades reforçadas pela força do sexismo e do heterossexismo (WERNECK, 2007, p. 1 apud CARDOSO, 2012, p.239).

Considerando as fases iniciais do movimento negro no Brasil, delineadas por Petrônio Domingues (2007), da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937) e da Segunda República a Ditadura Militar (1945-1964), encontramos as mulheres negras atuando nas principais organizações mistas nos períodos citados. Ainda que em sua maioria ocupando atividades reservadas ao âmbito recreativo e da assistência, funções encaradas como menos relevantes pelo conjunto dos ativistas, na década de 1930, as mulheres negras já se reúnem em organizações próprias, como o Grupo das Margaridas, em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, no Rio Grande do Sul, uma das mais antigas associações autônomas de mulheres negras, fundada em 1908. No interior da Frente Negra Brasileira – entidade cuja atuação, conquistou patamares de mobilização de massa, contando com mais de 20 mil associados em todo o Brasil – a presença das mulheres se dava nas chamadas Salas Femininas ou então, na Cruzada Feminina por meio de seus trabalhos humanitários (CARVALHO, 2011, p.3;4).

Na segunda fase, as mulheres despontam em espaços de liderança, assumindo cargos de comando na União de Homens de Cor, um dos principais agrupamentos negros da época e se destacando em experiências pioneiras do campo das ações político-culturais, como por exemplo, o Teatro Experimental do Negro. Vale ressaltar a luta das empregadas domésticas, que tem atravessado os tempos, e a fundação do Conselho Nacional de Mulheres Negras, em 1950 (CARVALHO, 2011, p.4).

Porém, como explicita Cardoso (2012), se a contribuição das mulheres negras na luta contra as relações patriarcais tem sido ignorada, é importante reconhecer as limitações das narrativas históricas oficiais ao abordar essa trajetória. Recuperar tal percurso, exige uma imersão nas experiências e subjetividades das mulheres negras e na desconstrução de um olhar ortodoxo que define referenciais de atuação política que em nada dialogam com as vivências desses sujeitos.

Eu vejo, hoje, que quando se chamam os nomes das nossas ancestrais feministas, percebemos que elas foram educadas/escolarizadas. Eram mulheres que podiam escrever. Elas organizaram vários clubes de mulheres no passado. Mas, o que aconteceu com as mulheres que não escreviam? O que aconteceu com a mulher pobre da classe trabalhadora? Existe alguma forma de recuperar a contribuição dessa mulher para o feminismo negro? Por isso, eu passei a olhar e analisar o blues. Aí eu observei as mulheres cantoras de Blues. E eu me dou conta de que elas encontraram maneiras de conversar sobre o feminismo, por exemplo, falaram de sexualidade. Às mulheres de classe média não era permitido falar sobre sexualidade em público. Não se falava abertamente sobre sexualidade. Isso era um tabu. Mas, no contexto do Blues podia explorar qualquer tema relacionado com sexualidade [...].

Nós sabemos que a violência de um parceiro sobre uma mulher é tão ruim quanto a violência policial. As mulheres cantoras de Blues dos anos 20 sabiam como falar desses problemas que acontecem nos relacionamentos e falavam abertamente.

Mesmo considerando que elas não tinham o vocabulário que nós temos hoje para falar a respeito do aspecto político da violência doméstica. Elas nunca esconderam isso. Elas nunca fingiram que isso não acontecia. E muitas mulheres que cantavam Blues compartilhavam com as outras mulheres o fato de que dentro de uma situação de violência o que elas deviam fazer é cair fora (DAVIS, 1997, p. 3-5 apud CARDOSO, 2012, p.77).

Assim sendo, destaca-se que toda tentativa de retomada da história de mulheres negras, de construção de uma linha do tempo de lutas sociais e áreas de atuação, são como peças de um quebra-cabeça que pode ser montado de diferentes maneiras, sempre com novas peças, dada a infinidade de maneiras, modos, locais, demandas, entre outras variáveis que compõem essa trajetória. A tentativa nesse artigo é de estabelecer alguns marcos que localizem a construção da Marcha de Mulheres Negras de 2015 e a experiência de algumas mulheres de São Paulo a partir dessa mobilização.

Dando prosseguimento, o movimento de mulheres negras contemporâneo – que desemboca nos eventos acima citados – nasce na década de 1970, no bojo da efervescência social em torno do fim da ditadura, a partir da emergência do ativismo feminista e antirracista no período. Portanto, nem em resposta ao racismo do feminismo branco hegemônico, muito menos por ausência de espaço no interior do movimento negro, o movimento de mulheres negras surge do interesse pela inter-relação entre gênero e raça de muitas ativistas atuantes que demandavam espaço para suas reflexões e articulações políticas (CARDOSO, 2012, p. 187). Parte significativa das militantes assumem uma dupla atuação política nesse momento, seguindo em movimentos negros e feministas mistos.

Cardoso (2012), ao retomar Edna Roland e Jurema Batista, elenca dois momentos na tentativa de situar o surgimento do movimento de mulheres negras no Brasil. O primeiro deles, desde Edna Roland, se deu a partir da nomeação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), a presença maciça de feministas brancas, desencadeou a constituição do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1983, numa tentativa de fazer o contraponto através do apoio ao mandato de conselheiras negras eleitas, inspirado na experiência da organização Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, criada por Lélia Gonzalez, também em 1983. Já Jurema Batista aponta o III Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe (EFLAC), em 1985, como importante para a efetivação de um espaço de mulheres negras, que impossibilitadas de participarem do evento, se organizaram para a promoção de um encontro paralelo, dando continuidade posteriormente a atuação coletiva que ali se iniciou (2012,

p.185;187). Tais episódios, segundo a autora, não assumem um caráter definidor e exclusivo de ponto de partida da organização de mulheres negras no país, são circunstâncias que marcaram um momento político de ampla agitação social e vale a citação, justamente pela articulação das mulheres negras que apresentam como possibilidade. As tensões acima descritas emergem num contexto em que as contradições do feminismo brasileiro vêm à tona, causando rupturas em relação a compreensão da visão homogênea de mulher.

Em função desse contexto, data de meados da década de 1980, o surgimento dos primeiros coletivos de mulheres negras, cuja atuação buscava a visibilidade da agenda deste grupo na vida pública e política brasileira (CARVALHO, 2011, p.6). Os anos 1990 marcam a institucionalização de parte desses coletivos, que passam a atuar como organizações não governamentais¹⁰ (CARDOSO, 2012, p.218), este período é importante para construção de uma atuação autônoma no âmbito internacional (CARVALHO, 2011, p.8). Os anos 2000, por sua vez, despontam como marco do fortalecimento das mulheres negras enquanto movimento social e ator político de relevância na arena pública. Começando com a construção da agenda pró-Durban¹¹, que demandou a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), passando em 2015 pela construção da maior marcha de mulheres negras do Brasil e finalmente, chegando ao Encontro de Mulheres Negras +30, que aconteceu em dezembro de 2018, em Goiás, 30 anos depois do primeiro encontro destas ativistas nacionalmente.

Ao pensar que a maioria das militantes acabaram por fundar a sua própria organização para construir uma intervenção na sociedade a partir das agendas de raça e gênero, torna-se necessário apresentar o debate sobre o lugar das Organizações Não Governamentais (ONGs) no interior do movimento de mulheres negras.

De acordo com Maria da Glória Gohn (1997), em seu livro Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos, a primeira diferença está entre movimento e grupo de interesse: interesses comuns são um componente de um movimento social, mas não

¹⁰ Em suas entrevistas com lideranças do movimento de mulheres negras, realizadas entre 2009 e 2001, Cardoso lista o ano de fundação de algumas das principais organizações do movimento de mulheres negras: 1980 - Maria Mulher/RS (1987), Geledés/SP (1988), Causa Laudelina/SP (1989); 1990 - Nzinga/MG (1991), CRIOLA/RJ (1992), CEDOIMCOM/RJ (1994), Instituto Amma Psiqué e Negritude (1995), IMENA/PA (1995), Malunga/GO (1999); 2000 - Felipa de Sousa/RJ/BA (2001), UIALA MUKAJI/PE (2003), AKONI/MA (2004), Rede de Mulheres Negras do Paraná(2006) (2012, p.217)

¹¹ A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa foi realizada na cidade de Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001. “[...] foi convocada, em 1997, pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da sua resolução 52/111, em que se declarou ‘firmemente convencida da necessidade de adoptar medidas mais eficazes e sustentadas a nível nacional e internacional para a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial’”. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Racismo.pdf> (CARDOSO, 2012, p.21)

bastam para caracterizá-lo como tal. Para ser um movimento social, o grupo precisa ser um coletivo social com uma identidade comum – neste ponto, segundo a autora, a experiência prévia, a herança cultural das vivências de uma realidade comum são atributos que qualificam esses componentes e dão objetivos comuns para a ação. Outro ponto a ser destacado está relacionado aos modos de ação coletiva: um protesto, uma rebelião são tipos de atuação e estratégias e não movimentos sociais. Por fim, os movimentos sociais precisam acontecer em espaços não-institucionalizados. Nas palavras da autora, “trata-se de uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições” (GOHN, 1997, p.247), ou seja, para Gohn um movimento social deixa de ser movimento quando se institucionaliza, “quando se torna uma ONG por exemplo, mesmo que continue como parte de um movimento mais amplo”. Isto posto, sintetiza Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados (GOHN, 1997, p.247).

Ainda que reforce este lugar dos movimentos sociais como atores cuja mobilização se dá a maior parte das vezes numa dimensão política não institucionalizada, Hank Johnston explica que os movimentos sociais são complexos conjuntos de grupos e indivíduos, apontando enquanto tendência contemporânea a constituição de Organizações de Movimentos Sociais (da sigla em inglês SMOs) como parte de sua esfera estrutural. Johnston chama a atenção para um erro comum entre pesquisadores iniciantes que definem tais atores como o movimento em si, ao contrário disso, eles são parte, integram essa rede de sujeitos que compõe tal coletivo. Possuindo dimensões distintas, de pequenos a grandes organizações, o autor destaca a complexidade e profissionalização, por exemplo, de SMOs do movimento ambiental, que possuem áreas de captação de recursos, equipes profissionalizadas, que atuam de modo técnico

e especializado no campo do ativismo (2014, p.7;9). Ao diferenciar SMOs de ONGs, Johnston destaca os pontos de partida possíveis para análise:

Termos como organizações não-governamentais e organizações de defesa são frequentemente aplicados a grupos formais que buscam metas orientadas para mudanças, baseadas em valores em questões específicas como direitos humanos, questões de paz, minas terrestres ou tráfico de seres humanos. A Anistia Internacional (AI) é uma enorme organização internacional que desenvolve iniciativas multifacetadas sobre direitos humanos, tais como defender prisioneiros políticos, divulgar a perseguição de ativistas opositores e monitorar a tortura e o desaparecimento de ativistas políticos. Mas se o analista recuar para enquadrar o “movimento pelos direitos humanos”, então a AI certamente ocupa um lugar de destaque como um SMO altamente profissionalizado e efetivo (ou TSMO, para seu escopo transnacional). Mas também é uma organização não-governamental internacional (ONGI) ou, de outra perspectiva, pode ser vista como parte de uma rede de defesa de direitos transnacionais (TAN) para direitos humanos. Essa sopa de letrinhas nos lembra a observação fundamental de que muito depende de como o analista escolhe abordar o fenômeno em estudo. Nenhum dos rótulos está incorreto, estritamente falando, e pode-se dizer que reflete o ponto de partida tomado pelo analista (2014, p.10)

Em consonância com Johnston, Cardoso acredita que as ONGs são expressões dos movimentos sociais, ela destaca que o termo abriga um conjunto extremamente heterogêneo de entidades, enfatizando a relevância dessas entidades nos movimentos de mulheres, negros, ambientalistas e LGBT, nos quais muitos são constituídos e constituintes por e de várias ONGs (GOUVEIA, 2004, p.83 apud CARDOSO, 2012, p.219).

Desse modo, pode-se deduzir que as organizações de mulheres negras são expressões efetivas dos movimentos sociais, pois constituem fóruns e articulações, formando/integrando o movimento de mulheres negras constituído em torno de uma identificação política e que tem por adversário a classificação racial e de gênero, estruturante da colonialidade e por projeto utópico, a construção de uma sociedade livre do racismo, do sexismo e da lesbo-homofobia. O movimento de mulheres negras é heterogêneo, assim como os sujeitos que o compõem, porém o empenho na transformação das condições de vida dos negros, em especial das mulheres negras, reúne os diferentes sujeitos em torno de uma identidade política (CARDOSO, 2012, p.219;220).

4. DESDE A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS DE 2015: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO

4.1. MÉTODO DE PESQUISA E ENTREVISTADAS

“as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem

seus pontos de vista de mulheres e negras” (SILVA, 1998, p.7 apud CARDOSO, 2012, p. 28)

A investigação proposta neste artigo busca propor uma reflexão inicial sobre o lugar do conceito de Bem Viver para as mulheres negras a partir das ponderações propostas na Marcha de 2015. Há um novo modelo de sociedade no horizonte desses grupos sociais? O Bem Viver seria o pavimento da trajetória de construção desse novo mundo?

Reconstituir esse campo de intencionalidades, desejos e ação política faz com que seja necessário retomar memórias, subjetividades, pontos de vistas dos sujeitos que estão construindo e vivendo essa história na atualidade. Para tal, realizei entrevistas com três ativistas que integram a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo, o objetivo foi, a partir da teoria do enquadramento, compreender como tais sujeitos, a partir de sua interpretação e análise da realidade estão se relacionando com o ideário proposto pelo Bem Viver e sua relação com a superação do racismo. Como a partir desse conceito, as ideias e as metas do grupo passam a ser estruturadas, impactando no engajamento e participação dessas mulheres no movimento.

A teoria do enquadramento, do inglês *frame analysis*, se preocupa como ideias, culturas e ideologias são usadas e apreendidas em certas situações ou fenômenos a fim de construir um padrão de pensamento por meio do qual o mundo é interpretado (PORTA, 2014, p.199). O foco está nas questões que explicam as motivações para participação e mobilização em torno dos movimentos sociais (2014, p.200).

De acordo com Goffman, podemos definir um "frame" como roteiro mental para reconhecer ocorrências e eventos dentro do próprio espaço da vida, que organizam/identificam a experiência e guiam a percepção e a ação (...) nesta perspectiva, o frame 1) tem seu foco – no que está “dentro do frame” e “fora do frame”; 2) combina elementos da cena de modo que um conjunto de significados, ao invés de outro, seja transmitido; e 3) transforma aspectos da realidade social, por exemplo, de queixas rotineiras ou injustiças a demanda por ação (Snow, 2004, 384;385 apud PORTA, 2014, p. 201).

Portanto, o frame (enquadramento), atua a partir da ativação de discursos e repertórios particulares de compreensão/apreensão da realidade para construção de consensos em torno da mobilização (2014, p.201). Para Lindekilde, autora do artigo que trata da teoria do enquadramento na obra *Práticas Metodológicas na Pesquisa de Movimentos Sociais*, organizada por Donatella Della Porta, existem três tarefas centrais na teoria do enquadramento: Diagnóstico, Prognóstico e Motivação.

Os enquadramentos de diagnóstico e prognóstico estão voltados para a mobilização dos consensos, criando um cenário partilhado (diagnóstico), o movimento social propõe uma

solução (prognóstico) que vai levar as razões para mobilização (motivação), chegando finalmente a ação em si (PORTA, 2014, p.199).

O exemplo partilhado pela autora elucida tais tarefas: no caso da Al-Qaeda, o diagnóstico partilhado pelo grupo é de que a atuação das elites ocidentais são as raízes do mal que abate as sociedades islâmicas. A solução proposta seria a *jihad*, uma guerra santa contra estes grupos sociais, a motivação está no campo do dever religioso de todo muçumano de atuar nesse combate. Ainda que muitos muçumanos compartilhem desse diagnóstico, nem todos concordam com as soluções e caminhos propostos de superação dessa realidade. Sem aderência ampla, o enquadramento construído pela Al-Qaeda não resulta numa ação política estruturada a partir de um ideário comum compartilhado (PORTA, 2014, p.207).

O objetivo deste artigo resulta em construir uma análise que avalie a ressonância do Bem Viver entre as militantes entrevistadas. Este seria o prognóstico proposto pelo grupo na perspectiva das ativistas? Quais seriam as motivações para construção ou não desses consensos? Além disso, pretende-se localizar a experiência de São Paulo em relação a Marcha de Mulheres Negras de 2015, quais foram os impactos na construção da luta política na região de tal mobilização?

Para além das entrevistas semi-estruturadas mediadas pela teoria do enquadramento, utilizo fontes documentais primárias pertinentes ao tema (principalmente os dados históricos, bibliográficos; informações, pesquisas e arquivos oficiais e particulares).

A escolha das entrevistadas se deu a partir de critérios qualitativos, que dessem conta da diversidade de vivências e posição no interior do grupo. Todas as entrevistas foram feitas entre a última semana de novembro e primeira semana de dezembro de 2018, momento que trouxe muitas questões para definição de datas, por conta do período ser consagrado como mês da Consciência Negra, caracterizado por uma ampla promoção de eventos e atos com a temática de relações étnicorraciais, bem como, pela proximidade com o Encontro Nacional de Mulheres Negras +30¹², realizado no início de dezembro – todas as entrevistadas integravam a delegação de São Paulo na atividade.

Andreia Alves – 42 anos, mulher negra cis, lésbica, feminista e profissional da área de gestão de pessoas, é dançarina e professora de dança afro-brasileira. Tem atuação relevante no campo cultural, enquanto coordenadora do corpo de dança do bloco afro Ilú Obá de Min, integra

¹² O primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras celebrou 30 anos em 2018, como marco desse momento histórico, diversas organizações de mulheres negras promoveram novo encontro em Goiás, entre os dias 6 e 9 de dezembro, para debater os acúmulos e desafios do movimento de mulheres negras no combate ao racismo e à violência.

o GT de Finanças, Comunicação e Projetos da Marcha de Mulheres Negras de São Paulo. Participou da Marcha de Mulheres Negras em Brasília de modo independente e integra a articulação paulista desde sua fundação, em 2016. Representou a capital de São Paulo na coordenação do Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu em dezembro de 2018.

Entrevista aconteceu por Skype.

Duração: 1h 07min

Juliana Gonçalves – 30 anos, mulher negra cis¹³, jornalista, é uma das referências locais na agenda do Bem Viver, integra o GT de Comunicação e Projetos da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. Participa da articulação da Marcha de Mulheres Negras desde 2013, antes mesmo da estruturação de uma articulação paulista.

Entrevista aconteceu por trocas de áudio pelo whatsapp, por incompatibilidade agenda.

Duração: 40 min.

Neon Cunha – 48 anos, mulher negra trans, publicitária, atua como funcionária pública em São Bernardo do Campo, integra o GT de Comunicação da Marcha de Mulheres Negras. Ingressa na articulação paulista em 2016, a partir de um convite de Nilza Iraci, coordenadora de comunicação do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Referência de atuação na agenda LGBT¹⁴, se tornou um ícone da luta em seu processo de retificação de nome. Representou a capital de São Paulo na coordenação do Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu em dezembro de 2018.

Entrevista por telefone, durante seu expediente de trabalho.

Duração: 31 min.

4.2. MARCHA DE MULHERES NEGRAS: BEM VIVER E A SUPERAÇÃO DO RACISMO

¹³O termo cis, ao longo do texto, será utilizado como referência a cisgênero, por sua vez, o termo trans, fará menção a transgênero, população composta por travestis e pessoas transexuais. Transexual é um termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Adotando-se uma perspectiva inclusiva que valoriza a forma como as pessoas se reconhecem e vivem, entende-se que mulher transexual é aquela que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher; homem transexual é aquele que reivindica o reconhecimento social e legal como homem (JESUS, 2012a apud JESUS, 2014, p.102). O termo cisgênero abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012a, p.14).

¹⁴Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuados) (JESUS, 2012a, p.17).

O fracasso do socialismo soviético, a ausência de paradigmas alternativos, o avanço das privatizações e mercantilizações das múltiplas esferas da natureza, incentivarão um processo de aprendizado das práticas e visões indígenas que estavam desvalorizadas pelo capitalismo moderno (SÓLON, 2017, p.14).

O Bem Viver, segundo Sólón (2017) em obra organizada sobre Alternativas Sistêmicas, é um termo que está em disputa. Proveniente de comunidades andinas, ele é na verdade uma concepção filosófica, uma cosmovisão sobre a relação entre seres humanos e natureza (2017, p.17). Há algumas décadas atrás, recebia outras denominações, como: *qamaña* (*aymara*) e o *sumaq kawasay* (*quéchua*).

O Bem Viver desponta no cenário atual, sobretudo, entre os setores de esquerda no início do século XXI, tendo conquistado ampla visibilidade nos governos de Evo Morales na Bolívia (2006) e de Rafael Correa no Equador (2007). Ainda que anunciassem um novo momento político de reconhecimento da população indígena nestes territórios, para Solón (2017), o conceito de Bem Viver fora reduzido na versão equatoriana a uma visão de direitos, e no caso boliviano, transformado em uma perspectiva ético-moral. O modelo desenvolvimentista destas sociedades seguiu não sendo confrontado e o conceito assumiu um caráter simbólico, instrumental, do campo dos princípios a serem alcançados.

Solón destaca que o termo Bem Viver, enquanto tal, não dá conta da complexidade do que representa, é na verdade uma tradução insuficiente da *suma qamaña* ou do *sumaq kawasay*, ele elenca outros significados/traduições possíveis, como: “vida plena”, “vida doce”, “vida harmoniosa”, “vida sublime”, “vida inclusiva” ou “saber viver” (2017, p.15). Esta cosmovisão tem entre suas fortalezas os seguintes elementos: visão do todo ou *Pacha*, conviver na multipolaridade, a busca pelo equilíbrio, a complementaridade dos diversos e a descolonização (SÓLON, 2017, p.17).

Muitas vezes traduzido como Mãe Terra, ou até mesmo amplamente difundido como *Pachamama*, a chamada visão do todo ou totalidade, questiona diretamente a concepção desenvolvimentista característica do capitalismo. Dentro deste pensamento, o passado sempre está no presente e é recriado pelo futuro. Não há progresso, a vida é cíclica. Humanidade e Natureza são faces de um mesmo organismo, tal totalidade é o cerne da existência dos povos andinos (SÓLON, 2017, p.19;20).

Sob a dualidade indivíduo-comunidade, humanidade-natureza, o ideal de conviver na multipolaridade enuncia a necessidade de “aprender a se relacionar”. São os pressupostos de redistribuição de riquezas, trabalho coletivo e colaboração. Nada pode afetar o todo e seu equilíbrio, portanto, as desigualdades devem ser constantemente ajustadas, o que está

diretamente relacionada a dinâmica do movimento societário. Por sua vez, a busca do equilíbrio e a complementaridade dos diversos, tratam da necessidade de se articular conhecimentos, experiências e ecossistemas no processo de construção da harmonia (SÓLON, 2017, p.21;25).

A descolonização está na desconstrução dos sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que imperam em nossa sociedade, aqui está o fundamento deste novo marco civilizatório que se apoia no fortalecimento dos valores comunitários e locais. Não seria um retorno ao passado, mas a retomada de uma ancestralidade que ao propor novas formas de organização podem contribuir com a atual crise sistêmica (SÓLON, 2017, p.25;27).

Traçando um paralelo com as experiências brasileiras, Gonçalves (2018) retoma, sobre este ponto, a categoria *amerifricanidade* de Lélia González:

O capitalismo exige relações calcadas nas desigualdades para se desenvolver. Essas desigualdades são construídas a partir da hierarquização dos corpos proposta pelas ideias colonizadoras e escravocratas, que carregam consigo a perda da humanidade dos povos colonizados. Sendo assim, a construção de um novo marco civilizatório passa, necessariamente, pela criação de outro modelo econômico (...) Essas experiências em comum foram ressignificadas por González por meio da categoria “amerifricanidade”, a combinação em território latino-americano das diferentes identidades indígenas, africanas que modificam a cultura hegemônica por meio de suas vivências em comum (GONÇALVES, 2018, ONLINE).

No movimento de mulheres negras do Brasil, o conceito de Bem Viver é retomado por Nilma Bentes, militante histórica do Pará, no contexto da Marcha de Mulheres Negras de 2015, em contraposição ao modelo capitalista neoliberal. Desde então, passa a ser difundido pelo agrupamento das mais diferentes maneiras, para Juliana Gonçalves, em entrevista, seu desejo é de que o Bem Viver conquiste cada vez mais adesão e inaugure um novo momento da luta antirracista:

- Sobre Bem Viver, isso é o que eu gostaria, que todas as mulheres soubessem o que é e que o Bem Viver inaugurasse essa nova atuação, que é contemporânea, mas ao mesmo tempo já existiu. De estar muito ligado aos movimentos de base, articulando gênero, raça e classe, feminismo, feminismo negro, feminismo decolonial, feminismo abolicionista, sabe assim? Mas eu ainda acho que a gente está tateando esse território, que a gente não sabe como que é, nacionalmente não há uma fala uníssona sobre o Bem Viver, há o que a Nilma Bentes fala, há o que a gente está falando aqui, outros coletivos falam algumas coisas, mas a gente não conseguiu fechar algo. Estou indo agora nesse encontro também nessa perspectiva de ouvir como o Bem Viver está sendo tratado e falado e discutido por aí. Para mim, seria muito

importante se a gente conseguisse discutir o Bem Viver, até o final, como um modo mesmo de luta das mulheres negras.

Ao retomar as questões centrais da teoria do enquadramento, é possível de se apreender das falas das entrevistadas um diagnóstico comum relacionado a opressão racista e sexista, cuja superação se dará por meio de uma abordagem interseccional que aparece contemplada nos valores propagados pelo Bem Viver. Todavia, ainda não se atingiu a dimensão do consenso dessa construção, das estratégias para tornar esse possível prognóstico uma ação política. A luta segue sendo pautada pela superação do racismo, o Bem Viver desponta enquanto horizonte, mas o momento político é de se reconhecer nessa cosmovisão, criar laços de pertencimento, se apropriar, reinventar-se e encarar suas próprias práticas imersas nessa visão de mundo.

Andreia Alves chama a atenção para o novo horizonte que se abre com a chegada do Bem Viver no movimento de mulheres negras, ainda que estejamos num momento em que a difusão do conceito seja no campo discursivo e de compreensão da nossa realidade a partir de.

- (...) eu estava pensando que nem preciso mais do anarquismo com o Bem Viver... quem precisa de anarquismo? Socialismo? É o Bem Viver. Eu tenho olhado de uma maneira até ampla para esta questão do Bem Viver, do quanto que a gente se constrói socialmente, e o quanto a gente pensa em progresso e desenvolvimento de maneira tão equivocada. O quanto que a gente, nós, mulheres negras especificamente, a gente se lasca muito para acompanhar essa linha de desenvolvimento que criaram... que se a gente não estiver nesse lugar, a gente não é bem sucedido, se a gente não conquista x coisas, a gente não é bem sucedido, se a gente não está num determinado lugar, a gente não é nada, e quando a gente olha para o Bem Viver, o trajeto é tão outro, é tão mais fácil... e fácil entre aspas porque a gente tem que passar por um processo de desconstrução muito grande... ao mesmo tempo que é tão utópico, né? Pensar isso na sua totalidade? Como a gente consegue trabalhar nesses pequenos grupos? Pensando nisso, pensando no Bem Viver, de maneira mais micro, o quanto que pode nos aliviar de diversos pesos e bagagens? Não é bagagem, bagagem é algo que a gente traz e carrega da nossa história, mas dessa pressão social, desse lugar que a gente precisa conquistar e que na verdade, isso é totalmente contra o Bem Viver, da gente mesmo enquanto sociedade... imagine, então, o quanto que a gente desconstrói?

Resumindo as perspectivas acima, Neon Cunha chama a atenção para o fato do conceito de Bem Viver ainda estar em construção no seio do movimento de mulheres negras.

- Eu acho que o Bem Viver aqui no Brasil está em construção, ele existe, foi apresentado, acho que a Juliana Gonçalves tem sido uma grande pesquisadora de tal

cosmovisão... é interessante, eu vim conhecer o Bem Viver a partir da Marcha e para mim é uma outra coisa (...) Olhar para o passado da nossa ancestralidade, para desconstruir essa contemporaneidade que já decodificou tudo. Mas pensando nisso, o Bem Viver vai dialogar muito com essa coisa de América Latina, muitas vezes o Brasil se recusa a se encarar enquanto América Latina e isso é muito ampliador para gente, porque vai ampliar a nossa relação e estabelecer diálogo com povos originários, com mulheres indígenas (...) Então, quem vai dialogar com esse processo andino, de América Latina é o Bem Viver (...) o Bem Viver é central sim, ele é o grande questionador, ele não é a negação da individualidade, ele é a negação do egoísmo, e aí para construir uma sociedade melhor, o Bem Viver desponta como centro da anulação das inúmeras opressões que incidem nos diferentes modos de ser mulher negra, no modo como a gente pode construir uma vivência melhor para todas as mulheres negras, para todas as suas possibilidades e diversas identidades, dos diversos tons.

Ainda que desponte como solução, considerando o frame partilhado pelas entrevistadas, o Bem Viver impõe ao conjunto de mulheres negras uma reflexão sobre suas táticas e estratégias de atuação nas últimas décadas. Solón (2017) chama atenção para as práticas dos governos progressistas, bem como sua relação por vezes clientelista com os movimentos sociais, que assumiram frequentemente o fortalecimento do papel do Estado como uma de suas frentes de atuação. Enquanto ator central para regulação das desigualdades, a crença seria de que, a partir do Estado, a sociedade caminharia no sentido de superação das opressões. Segundo o autor, a experiência da última década mostra que só se pode alcançar uma economia plural ao ser superada a dominação do capital, o que demanda alterar, com vistas a redistribuição da riqueza, substancialmente “o poder dos poderosos” (2017, p.44).

Um erro fundamental foi acreditar que o Bem Viver poderia ser totalmente desenvolvido a partir do poder do Estado, quando na realidade o Bem Viver é uma proposta que é construída a partir da sociedade. A constitucionalização do Viver Bem e do Bem Viver aprofundou essa miragem e nos fez pensar que através de um plano nacional de “desenvolvimento” do Estado poderíamos avançar para o Bem Viver quando na verdade o segredo dessa visão está no fortalecimento da comunidade, no reforço da sua capacidade de complementaridade com outras comunidades e na autogestão do seu território (SÓLON, 2017, p.41).

Se a visão estadista é diametralmente oposta ao Bem Viver, se esta cosmovisão exige autodeterminação dos povos e novos padrões culturais, se pode inferir que a implementação desse novo marco civilizatório reclame radicalidade na construção da luta política. Como

aponta Juliana Gonçalves, ao encarar a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo como o celeiro dessa emancipação das organizações sociais e das comunidades.

- Para mim, a Marcha tem o poder de conseguir levar o discurso para radicalidade no momento em que as pessoas estão se preocupando com a manutenção, com essa resistência, que resiste a algo, mas muitas vezes não combate, não consegue transformar em ação política de fato, que combata e que construa outra coisa. Eu acho que a gente vive num momento que a radicalidade do discurso precisa ser encampada de alguma maneira e a Marcha tem essa potencialidade (...). Eu acho que a gente chega muito próximo disso, mas a gente ainda não tem isso como ponto central, assim, de ação, talvez um dia.

É justamente por estar nesse ponto da pavimentação desta trajetória, que a racionalidade para efetivação de uma ação rumo ao Bem Viver não esteja nítida para as ativistas, bem como a motivação para a construção e adoção desse, como já dito, novo marco civilizatório, dessa nova cosmovisão. Ou seja, embora desponte como possibilidade, esta não se traduz imediatamente em estratégia de luta para superação do racismo, no frame do movimento social.

Andreia chama a atenção para a necessidade da construção do Bem Viver, internamente e externamente, estar sob a autoria das mulheres negras no Brasil, sob pena de se esvaziar de significado e não dar conta da superação do racismo como cerne desse novo horizonte, que precisa ser declarado como tal.

- Então, a gente está falando sobre estrutura, né? Quanto que o racismo na verdade existe, e tem a sua manutenção constante, para manter o sistema econômico, político, baseado no capital. Então se o racismo cai por terra, o capitalismo está em maus lençóis, isso é certo, subjugar uma raça, animalizar uma raça para justificar a escravidão e depois a gente continuar sendo subjugado e ser tratado como uma sub-raça, diante de tudo que acontece, isso nada mais é do que fazer a manutenção do capital. Eu acho que quando o Bem Viver vem questionar essa forma de se construir, isso em si, honestamente falando, já é algo que vem contra todas as estruturas que sustentam isso, e aí isso é o racismo, isso são as questões de gênero, porque também colocam as mulheres nesse lugar, tudo isso é pilar que sustenta esse sistema, e quando a gente fala sobre o Bem Viver e pauta sobre a ótica das mulheres negras.... Porque é isso, não adianta só falar do Bem Viver e os homens brancos vão lá, constroem, isso tem que ser sob a nossa ótica, isso é fundamental, (...) se você ler alguma coisa sobre o Bem Viver, você diz, isso daqui cabe as mulheres negras, mas isso precisa ser protagonizado pelas mulheres negras para que aconteça. A população branca não está preparada, o racismo está entranhado, o Bem Viver tem potencial, mas precisa ser feito por nós.

De todo modo, as entrevistadas reforçam a importância da possibilidade que se abre por meio da articulação do conceito de Bem Viver e da luta antirracista. Nas palavras de Andreia:

- A Nilma Bentes nos deu umas das maiores propostas, uma das coisas mais inovadoras, que ela pode trazer e apresentar para o movimento de mulheres negras no Brasil, foi a questão do Bem Viver e não é à toa, ela está lá no Belém do Pará.

Muitas das práticas das mulheres negras já estão em diálogo com o ideário do Bem Viver, isso se inicia ainda na construção da Marcha de 2015. Ao identificar a necessidade de construir uma marcha nacional, a AMNB, orienta a articulação e mobilização dos núcleos impulsores nos Estados, que atuam de modo centralizado, no sentido de construção dessa ação nacional de modo capilarizado, - ainda que contem com a presença de outras frentes e movimentos negros mistos relevantes, como Movimento Negro Unificado, Associação de Pesquisadores Negros, entre outros, a liderança desse processo foi assumida pela organizações do movimento de mulheres negras, reunidas na AMNB. Muitas são as iniciativas de captação de recursos (vaquinhas, rifas, venda de camisetas, entre outros), sensibilização das mulheres negras e articulação com poder público e privado, para conseguir ônibus e passagens, bem como viabilizar a construção do evento em si. Como relembra Juliana:

- [A Marcha de Mulheres Negras] é um marco na organização das mulheres negras, porque as mulheres negras nunca tinham se proposto a isso, a construir uma Marcha Nacional, que fosse orientada nacionalmente de uma certa maneira e, ao mesmo tempo, assegurasse a autonomia dos estados. Foi algo grandioso, que afetou... estamos todas afetadas, atravessadas pelo que aconteceu na marcha, quem não foi, ouve e os olhos brilham, quem foi, sabe... essa sensação de você olhar para trás, ali, quando a gente estava passando pelos ministérios de Brasília e ver aquele mar de mulheres negras, ver aquele mar de mulheres... E o que isso mostra? Mostra que a gente consegue sim ter uma ação política organizada, com diretrizes nacionais, pautando as nossas especificidades.

Como um processo deflagrado, que se torna autônomo, em muitos estados, segundo Juliana, os núcleos impulsores da Marcha de 2015, se tornaram frentes de atuação. Aqui em São Paulo, desde 2015, este grupo segue realizando outras marchas locais, despontando como um ator relevante para a luta de mulheres negras regionalmente.

- A gente volta para os territórios afetadas pela Marcha de Mulheres Negras e a gente percebeu que não dava para ficar separado, né? Porque a gente percebeu que havia uma demanda assim nossa, deste grupo aqui que se juntou para ir pra Brasília. E a gente foi pra Brasília, e agora? A gente vai sumir? Não, a gente quer continuar! Então a gente continuou

um tempo enquanto núcleo impulsor de SP e era estranho porque a Marcha já tinha passado, a gente demorou um tempo pra se adaptar, a mesma coisa aconteceu em outros estados, que após a Marcha criaram novas instâncias de atuação, em Brasília rolou o Fórum, teve estado que fez Frente, teve estado que fez coletivo e em São Paulo, a gente resolveu continuar esse coletivo que na verdade é uma grande frente e manter o nome, Marcha das Mulheres Negras só que agora de São Paulo, e assim, fizemos.

Andreia retoma que o convite para participar da Marcha de Mulheres Negras se deu após uma manifestação desse grupo de São Paulo que esteve em Brasília, que aconteceu em Ribeirão Preto, em repúdio a morte de Luana Barbosa, mulher negra e lésbica, assassinada pela violência de estado.

Com o passar desses três anos, atuando enquanto frente, que integra indivíduos, organizações e movimentos sociais, a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo amplia suas ações, para além desse momento de convergência que é a organização da própria Marcha de Mulheres Negras em São Paulo que acontece todo ano, desde 2015. Ela passa a apoiar outras mobilizações, como tem sido a situação do caso Luana Barbosa, a Marcha do 20 de novembro e outros episódios políticos que exigem posicionamento público, enquanto agente social desse campo. São muitas as estratégias do grupo para além dos protestos, como cartas e notas públicas, moções de repúdio, assessoria jurídica para as integrantes, além da articulação quando necessário de redes de solidariedade que atendam as demandas de violações trazidas pelas mulheres que fazem parte do coletivo, ou são apresentadas por elas.

A institucionalização desponta, segundo as entrevistadas, a serviço do movimento, quando, por exemplo, após avaliação de uma das atividades promovidas pelo grupo, as ativistas demandam espaços formativos que viabilizem que as integrantes se reconheçam e reconheçam as bandeiras que compõem o grupo. Daí surge o “Narrativas de Liberdade”, proposta de educação popular itinerante, que tem como objetivo criar espaços de reflexão sobre a diversidade das agendas que compõem o movimento de mulheres negras, visibilizando as formas de atuação periféricas dessas ativistas. A iniciativa é financiada pela Fundação Rosa Luxemburgo, o que exigiu que, para além dos grupos de trabalho constituídos para viabilizar as marchas, fosse criado um GT de Projetos.

Ao serem questionadas sobre as perspectivas de futuro da Marcha de Mulheres Negras de São Paulo, as entrevistadas evitam o uso de rótulos, não se classificando como movimento social, se assumem como um sistema híbrido, cujo avanço está na solidariedade nos modos de construção de suas articulações e capacidade agregadora. Como aponta Juliana:

- *Eu acho que é importante dizer, que a gente percebeu que tinha um espaço, nesse tecido do movimento social, tinha um espaço que não estava sendo ocupado ou não era ocupado com uma legitimidade, e como Marcha, por ser tão ampla, começou a ser referência nesse tipo de espaço, (...) a gente tinha mulheres que participavam da marcha e eram partidárias, ou participaram da marcha e eram autonomistas e estavam puxando alguma coisa, e essas mulheres fazem como ainda fazem hoje esse tipo de ponte, né? E que vai trazendo legitimidade, do tipo se você vai falar de mulheres negras em SP, você tem que falar com a Marcha e isso a gente só conseguiu construir enquanto movimento por conta dessa nossa diversidade, né? Então, na Marcha a gente tem quem consiga articular mulheres negras trans, mulheres negras bissexuais, mulheres negras com HIV, mulheres negras catadoras, mulheres negras mães, mulheres negras que perderam seus filhos pela violência de Estado, mulheres negras comunicadoras, mulheres negras institucionalizadas, mulheres negras anarquistas, então assim, a gente tem uma gama muito ampla e a gente mesmo assim está junto, né? Porque é isso, a gente se pauta pelo que nos une e não pelo que nos separa, sem ignorar as nossas especificidades, então, eu acho que a gente acabou ganhando uma proporção por conta disso, né? E quando a gente fica junto e se estabelece enquanto coletivo e aí a gente vai, faz evento, faz Julho das Pretas, solta nota. Então, aconteceu os absurdos, chacinas, a gente soltava nota de repúdio, como a gente faz até hoje, a gente se posiciona publicamente sobre as coisas, então, isso também é algo que alguns movimentos já não faziam mais, entidades de mulheres negras já não faziam mais ... tinham as grandes cartas às vezes que todo mundo assinava, mas a gente normalmente assinava coletivamente e ainda fazia uma nota nossa, então, com isso foi marcando um lugar.*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, considerando o retrato deste momento, a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo emerge como um tipo específico de organização de movimento social, cujo arranjo institucional, como aponta Scherer-Warren (2014), visa sua continuidade temporal, apresentando por meio do Bem Viver sua “utopia de mudança social”. Tal frame ainda está em construção e se divide entre as ações para mudanças sistêmicas, com o agendamento dessa cosmovisão desde as mulheres negras, bem como por meio de ações de incidência, advocay e educação popular.

Como uma coalizão, que em seu interior reúnem distintos atores, com um modo autônomo de atuação, a institucionalização desponta como resultado das necessidades que as estratégias de manutenção e ampliação impõem ao coletivo, cujo acúmulo é oriundo, justamente desse legado das mulheres negras e suas especificidades na construção da luta política. Como ressaltado por Neon:

- Sim, é um novo marco a Marcha de Mulheres Negras em São Paulo, principalmente por conta das novas possibilidades de afeto, novas possibilidades de reconhecimento de humanidade e dignidade, de um olhar sensível em constante construção, é um vigiar e nutrir, existe uma coisa nesse núcleo, existe um novo sensível, a consideração pela subjetividade, a gente tem buscado muito essa consciência. A Marcha não se fechou nesse discurso do feminismo politizado, mas ela trouxe essa ideia do feminismo que é movimento, que absorve, respeita e trata as diferenças como ponto de similaridade, isto é o que nos une. Nós, mulheres negras, colocamos a luta no lugar específico do sonho possível, eu sou super adepta à utopia, ao direito de sonhar, mas o que as mulheres negras têm feito é tornar os sonhos possíveis.

Tarefa que torna imperativo a ruptura com as estruturas de poder vigentes, para além do reconhecimento das desigualdades e do racismo enquanto elemento estrutural da sociedade ocidental. A disputa em torno das soluções possíveis (enquadramento de prognóstico) aponta para os níveis de radicalidade que o movimento de mulheres negras pretende assumir ao trilhar um caminho definitivo no combate as discriminações raciais e sexistas. Lideranças, como Juliana Gonçalves, que integram o grupo composto por representantes de São Paulo, vislumbram no Bem Viver a alternativa antissistêmica ideal, resta acompanhar na medida em que se sedimentem os paradigmas epistemológicos desta cosmovisão, se esta é a jornada possível – e a escolhida pelas mulheres negras – no enfrentamento aos retrocessos políticos, econômicos e sociais representados pelo avanço da extrema direita em nossa arena pública e política.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. "El 'buen vivir' para la construcción de alternativas". Entre el quiebre y la realidad: Constitución (2008): 27-37.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras / Cláudia Pons Cardoso – Salvador, 2012. 383 p. : il. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

CARTA das Mulheres Negras 2015: Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver como nova Utopia. Geledés Instituto da Mulher Negra. 18 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CARTA de princípios Fórum Social Mundial. Fórum Social Mundial. 26 dez. 2017. Disponível em: <<https://wsf2018.org/carta-de-principios-do-forum-social-mundial/>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CARVALHO, Rayssa Andrade. Estes “passos vêm de longe”: trajetória do movimento das mulheres negras no Brasil Republicano. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS – OLHARES DIVERSOS SOBRE A DIFERENÇA, 3., João Pessoa: UFPB, 2011. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/3/04/06.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

DOCUMENTO analítico e declaração - Marcha contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial. 30 jan. 2017. Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/2137/2707>. Acesso em: 26 jun. 2018.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 17-31, dez. 2009. ISSN 2358-3428. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Juliana. O bem-viver e a radicalidade de sonhar outros mundos. Usina de Valores, São Paulo, 31 out. 2018. Disponível em: <<https://usinadevalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/>>. Acesso em 15 dez. 2018.

GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos A.. Lugar de negro/Lelia Gonzalez, Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos [Online]. Goiânia: Ser-Tão/UFG, 2012a. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 13 jan. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, São Paulo, v. 16, p. 101-123, 2014.

JOHNSTON, Hank. *What is a Social Movement?*. Cambridge: Polity Press, 2014.

LEITE, J.C.; UEMURA, J.; SIQUEIRA, F. (org.). *O Eclipse do Progressismo: a esquerda latino-americana em debate*. São Paulo: Elefante, 2018.

PORTA, Donatella della. *Methodological Practices in Social Movement Research*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

RETRATO das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SÓLON, Pablo. *Alternativas Sistémicas*. La Paz: Fundación Sólon/Attac France/Focus on the Global South, 2017.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

7. APÊNDICES

7.1. APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PARTE 1: TRAJETÓRIAS DE LUTA – RECONHECENDO OS PASSOS DAS ATIVISTAS

PARTE 2: CARACTERIZANDO A MMN E ATUAÇÃO PAULISTANA

Quem são os grupos que propõem a Marcha em SP? Quais são suas lideranças? Quais as principais motivações? Quais foram os antecedentes? Como se articulou os núcleos impulsores? Quais os referenciais teóricos?

Para você o que significa a MMN SP (Marcha de Mulheres Negras de São Paulo)?

PARTE 3: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

Considerando a trajetória da luta de mulheres negras ao longo do tempo, qual o lugar da MMN (Marcha das Mulheres Negras) nesse processo? É um novo marco na luta das mulheres negras? O que muda em nossos territórios?

PARTE 4: BEM VIVER E UTOPIAS

Para Stuart Hall, ‘Raça’ é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Se o movimento negro propõe a superação do racismo, você concorda que - a partir da Marcha de Mulheres Negras em 2015 - o movimento de mulheres negras assume o Bem Viver como este horizonte?

O Bem Viver inaugura um novo modo de atuação do movimento de mulheres negras?

Entre a luta institucional e a construção das utopias, qual o lugar da luta de mulheres negras?

Qual a utopia a ser construída pela luta antirracista liderada pelas mulheres negras?

Em sua opinião, qual o lugar do Bem Viver para superação do racismo?

Nota explicativa: Como se tratava de um roteiro indicativo, nem todas as perguntas foram realizadas no momento da entrevista. Da mesma maneira, as questões não seguiram a ordem acima e outras questões foram acrescentadas no momento de diálogo.

7.2. APÊNDICE B - ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA

ENTREVISTA I – ANDREIA ALVES

Andreia Alves – 42 anos, mulher negra cis, lésbica, feminista e profissional da área de gestão de pessoas, é dançarina e professora de dança afro-brasileira. Tem atuação relevante no campo cultural, enquanto coordenadora do corpo de dança do bloco afro Ilú Obá de Min, integra o GT de Finanças, comunicação e Projetos da Marcha de Mulheres Negras de São Paulo. Participou da Marcha de Mulheres Negras em Brasília de modo independente e integra a articulação paulista desde sua fundação, em 2016. Representou a capital de São Paulo na coordenação do Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu em dezembro de 2018.

Entrevista aconteceu por Skype.

Duração: 1h 07min

PARTE 1: TRAJETÓRIAS DE LUTA – RECONHECENDO OS PASSOS DAS ATIVISTAS

O meu caminho começa com os anarcopunks. Dos anarcopunks, conheço algumas mulheres punks – eu nunca me declarei punk, mas sim anarquista – que se diziam anarcofeministas, foi através do anarcofeminismo que eu conheci o feminismo. A partir daí ajudei a construir dois encontros, o primeiro e o segundo encontro anarcofeminista que aconteceu em 1997 e 1998.

Foi dentro desse movimento anarcopunk e anarcofeminista, foi bem maluco assim, porque foi exatamente, primeiro pela questão social, depois não era mais o suficiente, aí nós voltamos para nós mulheres e demos esse recorte que foi bem importante, foi fundamental esses dois encontros que aconteceram, mas ainda tinha a questão racial e isso dentro do movimento anarcopunk foi uma questão na época. Hoje eu vejo o movimento anarquista, anarcopunk cada vez menos racista, muito pelo contrário né? Com discurso e com práticas outras, muito combativas, inclusive, mas na época não era assim. Então, desde os apelidos, como bola oito, fumaça, eram coisas muito racistas, então, os pretos e as pretas, principalmente, com pele mais escura eram os que mais tinham dificuldade. Assim, nada muda, anarquista, ah ok, né? E aí? E culturalmente esses grupos também se apresentavam muito racistas, não podia se ouvir samba, eram todos ateus, quando se fala de religião de matriz africana era um grande choque...

Aí um grupo de mulheres resolve formar um grupo que se chamava Obirin Onijá, era um grupo misto, mas tinham muitas mulheres negras do movimento anarcopunk, o nome é iorubá e significa: mulheres guerreiras.

E eu fiz um curso por conta do Obirin Omijá, o Geledés ofereceu uma vaga para um curso chamado Promotoras Legais Populares, acho que a União de Mulheres já tinha feito alguns e esta era primeira turma. E aí, eu que fui fazer o curso pela Obirin Onijá. E foi maravilhoso, só que nessa época, eu tinha um discurso muito do humano, né? Então, eu me lembro que no questionário que o Geledés tinha, na pergunta qual sua raça ou cor, e eu coloquei um ponto de interrogação, e eu coloquei um ponto de interrogação muito provocativo, mais do que "ai eu não sei" e muito mais do "ai que pergunta é essa?". E fui lá fazer o curso com essas mulheres incríveis, quem estava coordenando o curso, na época, foi a Solimar Carneiro e aí as pessoas falam muito da Sueli Carneiro, mas as irmãs dela são muito importantes e incríveis também. E a Solimar foi uma mulher muito importante na minha vida, aprendi muitas coisas com ela, acho que esse curso deve ter durado de quatro a seis meses, e a gente se encontrava todos os sábados e ele era um curso de dia inteiro, foi maravilhoso. Terminei o curso me reconhecendo enquanto uma mulher negra, e com discurso muito afiado e chata demais. Ia pra cima, muito inexperiente, sem conhecer muitas coisas, mas muito dentro de um processo também, então isso foi uma construção.

Nesse período sua militância se volta ao movimento negro?

O que acontece? Muitas pessoas nessa época racharam, foi muito interessante isso... várias pessoas: negras, homens, mulheres. A gente resolveu rachar, e rachou e cada um foi fazer as suas coisas, nisso eu conheci a UNEGRO [União de Negros Pela Igualdade], lugar em que fiz muitas coisas.

Trabalhei no projeto social que chamava do Risco ao Rabisco por 3 anos, a iniciativa da UNEGRO funcionava no Jardim Brasil, que é um bairro que depois eu me mudei e morei durante muitos anos lá. Então assim, a maior parte da minha militância está no movimento negro e com esse recorte sempre de gênero, a questão LGBT veio depois de um outro processo de construção, que é uma coisa que não é nova, mas é uma coisa mais nova na minha vida, nessas fragmentações, né? Que a vida fragmenta a gente demais, mas dentro dessas fragmentações, eu hoje, sei lá, há uns dois, três anos para cá, me olho de uma maneira mais inteira e a minha militância basicamente está nesses lugares.

Você também faz parte do Ilú Obá de Min?

Quando eu me torno mãe, minha vida política e de militância, ela fica bastante restrita. Eu fui ser mãe, fiquei um tempão sendo mãe, preocupada com subsistência, sem trampo, correndo atrás de trampo, aí pega um trampo qualquer, fiquei muito tempo nessa coisa, aí eu me separei do pai do Yakini, no ano que eu entrei no Ilú, ou um ano antes, em 2005, entrei em 2006. Por conta de um relacionamento, acabei conhecendo o Ilú nessa época e me apaixonei pela Kiusam, que era coordenadora da dança. A Kiusam foi uma pessoa assim muito importante... eu demorei muito assim pra sacar, eu não sei, deixa eu pensar o que que foi isso... Eu acho que eu tratava o Ilú de uma maneira, eu acho que ele era uma coisa muito lúdica, muito longe, eu acho que demorei um pouco, talvez o Ilú tivesse nessa construção e nesse processo de construir essa potência política que o Ilú é hoje, também. Talvez o Ilú tenha demorado um certo tempo para reconhecer isso, não sei. Tanto é que essa fala de ser militante, de um movimento de mulheres lésbicas estava numa coisa que era bastante contida, né? Tipo, o Ilú não vai participar da caminhada lésbica, porque vão achar que o Ilú é só de lésbica, então, essa construção política, ela também foi acontecendo, no seu processo, e eu acho que foi o mesmo ano que a Célia, inclusive, entrou no Ilú, a gente entrou junto, ensaiando 2006 para sair no carnaval de 2007. Eu acho que foi, e então, fui resgatando isso em mim, um dia caiu um fichão enorme, porque eu estava assim em crise, porque eu não estava fazendo absolutamente nada. Como eu não estou? O Ilú é esse espaço de militância. Então, até um certo ponto bastou isso para mim.

Então, chegamos na Marcha de 2015?

Sim! Em 2015, teve a Marcha, eu não participei em nenhum momento da construção dela, mas eu fui, fui sozinha, comprei a minha passagem, parcelei em milhões de vezes, trabalhava no Instituto Pólis ainda. Perdi dia de serviço, foram vários prejuízos financeiros, por conta disso, fiquei com problemas em relação a isso um tempão, mas enfim, passou, e isso foi um divisor de águas e acho que isso deve ser a frase de todas. 2015 foi um divisor de águas na minha vida, parece clichê, mas não é. Foi muito potente aquilo, não sei se você foi, Ju?

Eu não pude ir...

Pois é, tem gente que fala que aquela marcha foi de quase 50 mil, tem gente que fala que foi 70 mil. Fui, cheguei lá de manhã, fui do aeroporto diretamente para o local da concentração, marchamos, depois voltei no mesmo dia, para trabalhar no dia seguinte, então foi

uma experiência incrível, claro que teve alguns problemas, que agora quando você vai ver, conversar com as organizadoras, você vai compreendendo os problemas, mas de um modo geral é inegável a potência e o quanto que injetou um gás, uma potência, nacionalmente nessas mulheres. Antes disso, a gente estava fazendo outras coisas, não estávamos - eu acredito - que mais divididas, estávamos fazendo outras coisas. A gente voltou mais fortalecida certamente desse lugar, e aparentemente parece que foi só uma marcha, mesmo, não se ouvia muitas falas. Mas os encontros... encontrar foi muito importante, compreender a nossa diversidade, a quantidade de pautas, a quantidade de bandeiras, que cabiam dentro daquela marcha, foi meio que compreender que mesmo quem não estava lá, estava representado, sabe? Pode crer que você com certeza estava representada por alguma bandeira que estava lá naquele momento. Até quando a Neon fala sobre as mulheres trans, não sei se posso afirmar que elas não estavam, porque era uma diversidade de bandeiras realmente muito grande, então foi muito incrível.

Voltei, aí o que aconteceu? A Luana Barbosa tinha sido assassinada pela polícia, e a gente foi até Ribeirão Preto para fazer uma manifestação, porque eles tinham tirado da justiça comum e tinham colocado o caso dela na justiça militar para julgar. A gente foi pra lá e fizemos uma manifestação. No ônibus, na volta, a Cíntia Abreu falou assim: meu, a gente tem que fazer uma marcha aqui em São Paulo, não vamos fazer uma marcha aqui em São Paulo? Aí eu passei meu telefone para ela e falei "me coloca nessa", vamos conversar. Aí tinha a ver com o 25 de julho, dia da mulher latino-americana e caribenha, e aí tranquilo. A Cíntia e a Mara me chamaram a princípio, pelo menos eu fui convidada por elas, depois foi chegando a Ju, a Nilza e foram chegando outras mulheres, como a Rosa, enfim. Aí eu me deparei com um monte de mulher que eu já conhecia, essa foi uma viagem engraçada.

Sentamos três semanas antes da Marcha acontecer, foi loucura, foram três reuniões e tinha 3 mil mulheres lá pelo menos. Foi bem foda, porque isso mostrou a urgência da gente estar perto. Foi bem forte, conseguimos os apoios possíveis, quando chegou lá, me deparei com um monte de mulher, então, a Nilza, conheci lá dos anos 90, por conta do curso de Promotoras Legais Populares, a Ju tinha conhecido ela no Pólis, por conta de uma formação que ela tinha dado por lá, a Rosa eu conheci porque eu trabalhei na UNEGRO, no projeto do Risco ao Rabisco, então, eu estava lá.

Marchamos em julho de 2016, quando aconteceu a primeira marcha e depois disso a gente não parou mais. Entre 2016 e 2017, participamos de outras marchas, fizemos parte da construção do 20 de novembro daquele ano, fizemos algumas ações pontuais, apoios enquanto Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, mas a gente ainda, não tinha definido o que a gente

era, e nem sei se isso ainda está definido, eu acho que isso é uma transição, que a gente ainda está vivenciando. Mas depois da Marcha de 2017, porque foi uma organização bastante interessante, porque dessa vez a Djamila Ribeiro estava como secretária adjunta, então a gente pode contar com alguns apoios, porque foi muito louco porque ao mesmo tempo a equipe de transição também estava enlouquecida, né porque enfim, o Haddad perdeu, tem umas questões, mas a gente teve um apoio institucional. Em 2018, a gente tomou um calote assim bravo, dessa instituição falida - na minha opinião - chamada Estado, na figura da Prefeitura de São Paulo, então, nós tivemos muitas promessas de que as coisas iriam acontecer e chegou na última hora, perdemos muitas coisas: palco que não vem mais, não veio lanche, água, várias coisas que eram para apoiar, retiraram esses apoios de última hora, e aí a gente ficou apenas com os ônibus por conta de batalha de pessoas que tem cargos, porque são concursadas, de pensamento e linha progressista, essas pessoas, acabaram batalhando pelos menos os ônibus que a gente conseguiu manter.

PARTE 2: CARACTERIZANDO A MMN E ATUAÇÃO PAULISTANA

Mas voltando lá em 2017, quando a gente foi fazer a reunião de avaliação, apareceu de modo gritante nas falas, a necessidade de formação e foi muito interessante porque a gente estava pensando que a Marcha agregava muitas bandeiras, mas não necessariamente, umas compreendiam as outras. Então, dentro de uma mesma Marcha, como é que você agrega mulheres cisgênero transfóbicas? Ou então, com questões com religião de matriz africana? Pessoa alimentando essa máquina do racismo religioso, muito descaradamente? Ou lesbofobia gritante? Então, a gente pensou, vamos promover uma formação para que essas bandeiras possam ter condições de agregar umas a outras e compreender umas outras, para que a gente consiga marchar de maneira mais respeitosa mesmo, respeitando as diferenças que toda essa Marcha representa. Esse ano por exemplo, apareceu uma mulher e a gente abriu o microfone imediatamente porque ela era cadeirante, então, é uma mulher, uma mulher negra, cadeirante, então, entra num outro campo que a gente também não pensa, que a gente também muitas vezes não dá conta de tantas bandeiras que se agregam, então, a importância dessas pessoas chegarem.

Por exemplo, esse ano, até há pouco a Constituição condenava a participação de imigrantes e refugiados em manifestações, era criminalizado. Esse foi o primeiro ano que a gente teve a oportunidade de ter essas mulheres do continente africano – angolana, moçambicana, haitiana – e ainda é muito pouco, pensando no número significativo dessas

mulheres no Brasil. E mulheres que estão chegando e se deparando com o racismo, uma coisa muito nova para algumas, né?

Então, deixa eu te contar essa, você sabe que a Fundação Rosa Luxemburgo financiou o projeto de formação para gente? Foi o Narrativas de Liberdade, que foi um sucesso esse projeto, nossa gente a coisa mais linda. A maneira como a gente construiu o edital, e a maneira como a gente conseguiu selecionar essas mulheres. A gente colocou primeiramente o grau de escolaridade, quanto menor o grau de escolaridade maior a pontuação no edital, então isso também foi bastante importante, tiveram outros. Se fosse mulher trans e travesti tinha pontuação mais alta. Mas esse do grau de escolaridade em particular, ele nos traz, mulheres de pele mais escura, traz um perfil de mulheres não necessariamente militantes, mulheres que sofreram racismo sua vida inteira... há transformação na vida dessas mulheres. Mulheres que estão em relações interracialiais, que tem seus companheiros e companheiras brancos, entre outros... E aí, logo no início do curso, a gente começa a ver, uma transformação muito grande na vida dessas mulheres mesmo, parece meio clichê, mas a gente viu mesmo, foi real.

Teve um dia que foi lá na sede das Capulanas, e aí foi muito legal, a gente fez a formação, ela era itinerante, porque a gente teve como conhecer e desconstruir discursos de como a periferia precisa da ajuda das mulheres do centro. Não, a periferia está organizada, as pessoas estão lá, as mulheres estão lá, estão se organizando, a gente pode somar forças, mas as coisas estão acontecendo, e a gente conheceu espaços muito potentes, que estão realizando coisas, então foi muito bonito isso, as mulheres que a gente chamou para dar as palestras e oficinas, também foram muito acertadas. A gente primeiramente convidou mulheres que estavam dentro da construção da Marcha e quando isso não foi mais possível, a gente ampliou. E qual foi a nossa surpresa? A gente queria muito que as mulheres que constroem a Marcha participassem do curso – lembra que eu te falei da importância, porque a gente tem as bandeiras? Isso não aconteceu, Ju, a maioria nem se inscreveu, portanto concluímos que de repente esse lugar também não vai agregar. De todo modo, aprendemos fazendo.

Ao apresentar esse caso da formação, dos imigrantes, você poderia nos contar como vocês se articulam? O que é diferente nesse processo em sua perspectiva?

Sabe o que acontece na Marcha que eu não vivo em lugar nenhum? E eu nunca vivi em lugar nenhum mesmo... uma generosidade entre as mulheres, e que passa por um lugar que é absolutamente horizontal. Essa Marcha é construída por mulheres, passa por diversos métodos, alguns que você pode ou não concordar, às vezes a gente tende a concordar, mas às vezes você

esbarra em algum tipo de tensão que é método, eu tenho um método e você tem outro, e ele pode esbarrar em princípios... porque a marcha ela funciona assim: você precisa de pessoas para fazer coisas, e aí as pessoas aparecem se propondo a fazer as coisas... cara, toma e faz. Você não precisa estar lá há um tempão para fazer uma ata, por exemplo, e tomara que a Ju apareça em outras reuniões para fazer uma ata e fazer outras inúmeras coisas, e gente na área de comunicação então? Faz falta demais. Eu não sei explicar exatamente de onde vem a nossa generosidade, porque nós ali, naquele grupo, e aí se ampliar até mais, a gente está em outros grupos mistos. E não que a gente não tenha problema não, a gente já teve altos problemas.

Nos organizamos da seguinte maneira para construir a Marcha: GT Finanças, Comunicação, Projetos (foi a primeira que a gente formou ele, por conta do projeto da Fundação Rosa Luxemburgo), Segurança (mais próximo da Marcha), Infraestrutura (captar recursos para palco, carro de som).

Quais são suas lideranças? Como se dividem nas tarefas?

Elegemos líderes que vão organizar os grupos, a partir da adesão das presentes. A cada Marcha há uma renovação do grupo, e também para além.

Para você o que significa a MMN SP?

Estamos tomando dimensão do que é a Marcha das Mulheres Negras, pelo menos aqui de SP, eu sei que certamente o que aconteceu em 2015 em Brasília, é algo, que realmente, estruturou muitos outros processos, então, não é só em São Paulo que essas coisas estão acontecendo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Brasília, em vários estados do Nordeste, que por sua vez tem uma organização tão linda, a gente tem tanta coisa para aprender com as mulheres nordestinas, elas já estão fazendo encontros regionais, já tá no quinto, sexto, não sei exatamente qual é o número, mas elas já se encontram regionalmente, a gente aqui ainda não conseguiu fazer um, esse ano era pra acontecer, a Benilda insistiu muito para que esse encontro regional acontecesse na região Sudeste, mas ficou muito puxado, pois já tinha o Encontro Nacional, a gente já tinha os encontros estaduais para organizar, então, São Paulo recuou nessa organização, mas que vai ser uma coisa bastante importante para acontecer.

Eu acho que a gente tem um jeito diferente de construir as coisas, temos que tomar muito cuidado para não construir de um jeito antigo e ultrapassado de fazer as coisas e a presença de mulheres negras jovens nesse movimento é de fundamental importância, uma outra coisa que acontece também dentro da construção da Marcha é isso, é a possibilidade ter esse encontro

entre mulheres jovens que estão chegando agora e mais velhas que já estão no movimento há 30 anos ou mais. E a gente quebrar um pouco essa barreira, essa resistência que a gente tem, de que há as pessoas mais velhas primeiro, e as pessoas mais jovens vão ter que esperar ficarem mais velhas. Isso é um baita desafio. Que já aconteceu de aparecerem mulheres mais jovens na reunião e achar que nosso modo de fazer ainda é antigo, e entender também né, Ju, que existem muitas maneiras de fazer coisas... é algo que fico insistindo muito, porque às vezes a gente acha que o jeito que a gente faz é o único jeito lindo, maravilhoso de se fazer, por exemplo, e nos achamos no direito de questionar uma mulher negra porque ela não marcha, mas se você pegar o histórico dela, ela tá fazendo outras coisas, ocupando outros lugares que são importantes de serem ocupados por mulheres negras.

Pode parecer um pouco petulante falar que estamos super inventando uma coisa nova, mas acho que a gente está acertando no que a gente se propõe a fazer, acho que a gente está acertando muito, e acho que a gente tem ainda muita coisa para melhorar, um monte de coisa pra aprender.

PARTE 3: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

Parte das perguntas desse bloco acabaram sendo respondidas nas demais questões.

PARTE 4: BEM VIVER E UTOPIAS

O Bem Viver inaugura um novo modo de atuação do movimento de mulheres negras?

Tem mudado de uma maneira de cada vez mais ampla, eu estava pensando que nem preciso mais do anarquismo com o Bem Viver... quem precisa de anarquismo? Socialismo? É o Bem Viver. Eu tenho olhado de uma maneira até ampla para esta questão do Bem Viver, do quanto que a gente se constrói socialmente, e o quanto a gente pensa em progresso e desenvolvimento de maneira tão equivocada. O quanto que a gente, nós, mulheres negras especificamente, a gente se lasca muito para acompanhar essa linha de desenvolvimento que criaram... que se a gente não estar nesse lugar, a gente não é bem sucedido, se a gente não conquista x coisas, a gente não é bem sucedido, se a gente não está num determinado lugar, a gente não é nada, e quando a gente olha para o Bem Viver, o trajeto é tão outro, é tão mais fácil... e fácil entre aspas porque a gente tem que passar por um processo de desconstrução

muito grande... ao mesmo tempo que é tão utópico, né? Pensar isso na sua totalidade. Como a gente consegue trabalhar nesses pequenos grupos? Pensando nisso, pensando no Bem Viver, de maneira mais micro, o quanto que pode nos aliviar de diversos pesos e bagagens? Não é bagagem, bagagem é algo que a gente traz e carrega da nossa história, mas dessa pressão social, desse lugar que a gente precisa conquistar e que na verdade, isso é totalmente contra o Bem Viver, da gente mesmo enquanto sociedade... imagine, então, o quanto que a gente desconstrói?

Eu nasci na década de 1970, nasci em 1976, e eu fui uma criança que fui alimentada com muita coisa podre, né? Podre no sentido de que é industrializada, isso era o saudável, então, até pensando na nossa alimentação... falar, gente, que coisa, o quanto que a gente está voltando, agora, a gente quer comer orgânico, a gente quer plantar outra coisa, a gente não quer mais agrotóxico, passa por tantos lugares a questão do Bem Viver... e a questão de alimentação, às vezes resistirem sobre falar desse tema achando que isso é coisa de branco, e é bem maluco isso, porque o Bem Viver passa por esse lugar também. Como eu já ouvi gente falar que o Bem Viver é você poder ir no China In Box, comer Pizza Hut, e eu fiquei desesperada de como abordar essa pessoa, acho que nem era o momento, e a pessoa estava dando uma palestra, uma mulher negra que eu respeito...

Mas a gente tem muito para estudar e só de ter consciência de que o desenvolvimento essa ideia de desenvolvimento, de país desenvolvido, de progresso, nossa cara dá vontade de mudar até essa bandeira, ordem e progresso, que nada a ver.

O Bem Viver seria um novo modelo de sociedade proposto pelo conjunto do movimento?

Eu acho que o Bem Viver é este novo modelo de sociedade que está sendo proposto não somente pelas mulheres negras, mas pela população indígena e vem daí, pelo menos que eu saiba, porque às vezes a gente já está falando sobre o Bem Viver há muito tempo, né? Mas fico pensando o quanto o Bem Viver pode ser tão mais eficiente no sentido de se compreender mesmo e quando a gente fala de povos originários, não é o nosso caso, somos diáspora, mas eu fico pensando em África, como é isso? E se já não tem tantos outros povos ali, espalhados naquele continente já pensando nisso, já escrevendo alguma outra coisa e mais tarde vamos descobrir. Mas a Nilma Bentes nos deu umas das maiores propostas, uma das coisas mais inovadoras, que ela pôde trazer e apresentar para o movimento de mulheres negras no Brasil, foi a questão do Bem Viver e não é à toa, ela está lá em Belém do Pará.

Entre a luta institucional e a construção das utopias, qual o lugar da luta de mulheres negras?

Eu acho que a luta de mulheres negras está em todas essas frentes, por enquanto, inclusive a institucional, por enquanto, e eu vejo esse lugar da instituição um lugar muito do por enquanto mesmo, sabe, Ju? Temos essa maturidade de entender que por enquanto é isso, mas como eu já falei eu considero essa instituição Estado falida, estamos precisando de algo novo urgente, o Bem Viver pode ser essa coisa nova, mas paralelo a isso, não dá pra abrir mão da instituição agora, eu ainda acho importante eleger parlamentares, como a Érica Malunginho que é uma potência e a gente a elegeu, a gente elegeu a Leci, agora a gente precisa estar lá, apoiá-la, estar junto, mas eu acho que a gente tende a construir uma coisa nova e muito melhor enquanto sociedade mesmo e isso vai partir das mulheres negras, temos que ficar muito esperta para ninguém tomar de assalto uma ideia que a gente foi vanguarda, mas eu não tenho dúvidas que essa nova sociedade, essa nova coisa maravilhosa que vai acontecer, essa revolução, vai ser feita por nós.

Em sua opinião, qual o lugar do Bem Viver para superação do racismo?

Então, a gente está falando sobre estrutura, né? Quanto que o racismo na verdade ele existe, é tem a sua manutenção constante? Para manter o sistema econômico, político, baseado no capital... de sustentar essa estrutura... então, se o racismo cai por terra, o capitalismo está em maus lençóis, isso é certo, subjugar uma raça, animalizar uma raça para justificar a escravidão e depois a gente continuar sendo subjugado e ser tratado como uma sub-raça, diante de tudo que acontece, isso nada mais é do que fazer a manutenção do capital.

Eu acho que quando o Bem Viver vem questionar essa forma de se construir pautado no capital, isso em si, honestamente falando, já é algo que vem contra todas as estruturas que sustentam isso e aí, isso é o racismo, isso são as questões de gênero, porque também colocam as mulheres nesse lugar, tudo isso é pilar que sustenta esse sistema. Quando a gente fala sobre o Bem Viver e pauta sobre a ótica das mulheres negras, – porque é isso, não adianta só falar do Bem Viver e os homens brancos vão lá, constroem, isso tem que ser sob a nossa ótica, isso é fundamental. Da mesma maneira, que o anarquismo também prega o combate ao sistema capitalista, mas não pauta o racismo. Não basta a queda do capital, do capitalismo, do sistema... que venha o Bem Viver, porque são coisas que já se enraizaram socialmente falando.

O Bem Viver assume um papel fundamental, ele tem o histórico. Você olhando para ele, ele nos agrega, se você ler alguma coisa sobre o Bem Viver, você diz, isso daqui cabe as

mulheres negras, mas isso precisa ser protagonizado pelas mulheres negras para que aconteça. A população branca não está preparada, o racismo está entranhado, o Bem Viver tem potencial, mas precisa ser feito por nós.

ENTREVISTA II – JULIANA GONÇALVES

Juliana Gonçalves – 30 anos, mulher negra cis, jornalista, é uma das referências locais na agenda do Bem Viver, integra o GT de Comunicação e Projetos da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. Participa da articulação da Marcha de Mulheres Negras desde 2013, antes mesmo da estruturação de uma articulação paulista.

Entrevista aconteceu por trocas de áudio pelo whatsapp, por incompatibilidade agenda.

Duração: 40 min.

PARTE 1: TRAJETÓRIAS DE LUTA – RECONHECENDO OS PASSOS DAS ATIVISTAS

Em função do prazo e das condições para entrevista, optei por registrar os demais blocos desse levantamento.

PARTE 2: CARACTERIZANDO A MMN E ATUAÇÃO PAULISTANA

Quem são os grupos que propõem a Marcha em SP?

Olá, Juli! Vamos lá, começar respondendo por aqui mesmo as coisas, escolho como ponto de partida, pensando no objetivo do seu artigo, olhar para a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo. Somos compostas por diversos coletivos, grupos e entidades. Tem desde coletivos muito novos, recém-criados, até coletivos históricos do movimento negro, como o próprio MNU [Movimento Negro Unificado], como o Geledés [Geledés - Instituto da Mulher Negra], a CONEN [Coordenação Nacional de Entidades Negras] e a UNEGRO [União de Negros pela Igualdade] – mas a gente pode te passar uma lista com todas as entidades que assinaram o 25 de julho do ano passado, pois creio ser um retrato um pouco mais fiel de quem integra a nossa articulação. De todo modo, vale ressaltar, que como não somos um grupo fechado, esta lista é muito fluída.

Quais são suas lideranças?

Eu acredito que organicamente a gente tem lideranças e a gente cria outras lideranças, então, entre parte delas, destacaria a Andreia Alves, do Ilú Obá de Min, que se soma a Marcha em 2016. Das mais antigas, tem a mim, que construo a Marcha desde 2013, quando ainda estruturávamos a nossa mobilização nacional de 2015, naquele momento, fiz parte do Núcleo Impulsor da Marcha de Mulheres Negras. Considerando outras mulheres que estavam dentro dessa organização primeira, tem a Nilza Iraci [Coordenadora de Comunicação do Geledés – Instituto da Mulher Negra], que por sua vez trouxe a Neon Cunha, que é uma mulher negra que desponta entre as nossas referências. Mas mais do que lideranças, a gente faz esse exercício de construir horizontalmente, todas decidem tudo. Eu acho que esse quesito de liderança é mais mesmo para quem fala em nome da Marcha, quem costuma assumir essa face pública, com autorização das demais, afinal, este é um processo de legitimidade.

Quais foram os antecedentes?

Então, a origem da Marcha de Mulheres Negras de São Paulo é o núcleo impulsor do Estado de São Paulo que articulou a Marcha de 2015. A Marcha de 2015 foi pensada por algumas entidades nacionais, tais grupos deliberaram que cada estado organizaria seus núcleos impulsores. No Estado de São Paulo, a pessoa que fazia a ponte entre o estado e esse núcleo impulsor nacional, formado por todas essas entidades, foi a Kika Silva que é uma militante histórica do movimento negro, ligada ao PT [Partido dos Trabalhadores], a SOF [Sempreviva Organização Feminista], a Marcha Mundial de Mulheres, enfim.

A Kika começa esse processo aqui, paralelamente eu estava participando de um grupo de jovens líderes da ONU Mulheres e a Bel Clavalin que é do movimento negro de Brasília, professora da UNB [Universidade de Brasília] e também assessora de comunicação da ONU Mulheres me chamou para uma reunião, aonde estava a Bel Cavalin, a Regina Dami, a Rosane Borges (e tinha mais alguém que não estou lembrando), para perguntar se eu não gostaria de participar do Núcleo Impulsor de São Paulo porque não havia pessoas da área da comunicação construindo e era um setor muito importante para dar esse caráter nacional e unitário da Marcha, da construção dessa mobilização nos mais diversos estados. Isto aconteceu no final de 2013, nesse período estava grávida do Akins, meu filho nasce em agosto de 2014, então possivelmente foi no finalzinho de 2013, ou começo de 2014.

Isso foi aqui em SP, assim que eu cheguei de uma ida a Brasília, aí eu falei que sim. Falei: olha, estou grávida, vou sair de licença, mas eu vou tentar estruturar minimamente a

comunicação da Marcha em São Paulo. A partir disso, o meu primeiro movimento – como eu não gosto de fazer nada sozinha – foi chamar a galera, todas as comunicadoras, jornalistas, fotógrafas, produtoras, essa galera da área de comunicação preta para uma reunião, a gente deve ter registro disso, a gente tem foto disso, sabe? Inclusive, talvez você tenha sido convidada, não sei se talvez você não estava nessa reunião, mas certamente você foi convidada.

Eu disse que faria esse movimento numa primeira reunião, e então, em outra reunião, eu levei esses grupos e foi bonito... porque foi o Nós Mulheres das Periferias, o Blogueiras Negras, foram várias manas. Algumas se afastaram da Marcha depois de um tempo, do núcleo e outras continuam até hoje, outras ainda não continuam, mas apoiam mesmo distantes.

E aí, nesse movimento em julho de 2014, a gente lança um manifesto de São Paulo – em 25 de julho de 2014 – algo pré-marcha, acho que a gente lança o núcleo impulsor em si, faz o lançamento oficial no dia 25 de julho de 2014, e isso também tem fotos em nossa página no *Facebook*, você vai ver que estou com um barrigão, porque isso foi em julho de 2014, 25 de julho, no 25 de agosto meu filho nasceu.

Logo depois teve esse período que eu me afastei, basicamente foram quatro meses, final de dezembro. Começo de janeiro, volto, e aí a gente já está mais próximo da marcha. Quando retorno, volto a me articular no Núcleo Impulsor, a me inteirar das coisas, a propor atividades, a gente foi se ajeitando, foi se organizando.

Como se articularam os Núcleos Impulsores?

Então Ju, entre os Núcleos Impulsores a gente se articulou, basicamente isso, tinham algumas orientações do nacional, que era composto de pessoas de todos os estados que eram das entidades nacionais – isso a gente tem nos documentos da Marcha também. Eu lembro que são APNs [Associação de Pesquisadores Negros], se não me engano o próprio MNU [Movimento Negro Unificado], a Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), que o Geledés faz parte, Criola faz parte. O que eu sinto é que tinham várias entidades, mas quem acabou dando mais a linha política do que era a Marcha foi a AMNB, isso talvez seja um ponto importante: explorar porque as entidades de mulheres negras acabam protagonizando tão fortemente esses espaços, a gente pode falar mais sobre isso depois.

Quais os referenciais teóricos?

Você perguntou sobre os referenciais teóricos, eu não vou saber te dizer, enfim, a Marcha Nacional como um todo é muito ampla, mas você pode tirar os referenciais teóricos da

carta que lançamos em 2015, junto com a Marcha, lá fala um pouco do que somos, por que somos, então é documento importante a ser explorado, porque foi um documento no qual conseguimos consensuar todos os estados a respeito das mulheres negras, ele é muito mais ideológico do que prático, mas é importante.

Para você o que significa a MMN SP?

Para mim, a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo significa – posso responder isso de tantos jeitos... A gente soltou um texto – boa parte dessas coisas públicas da Marcha, estou envolvida na escrita, mas são textos coletivos, consensuados, todas às vezes aprovados em plenária, aprovados pelas pessoas da reunião – que foi um dos primeiros que a gente soltou, um pouco antes da Marcha de 2015 nacional, saiu acho que até na Carta Capital, pelo blog da Djamila Ribeiro – ela deixou a gente publicar lá, enfim – que a gente escreve, é um texto coletivo como eu falei, não tem assinatura, a partir desse lugar assim que é o de potência muito grande que temos enquanto Marcha, justamente pela nossa diversidade.

São diversos grupos, coletivos, que mesmo com algumas diferenças, ignoram um pouco essas diferenças para olhar para o que nos une, sabe? A Marcha é pautada nisso, no que nos une, não no que nos separa, só que a gente não ignora isso que nos separa de uma maneira negligente, sabe? É só mesmo para entender até onde é a nossa atuação política em conjunto, já que é um grupo tão diverso.

Para mim, a Marcha tem o poder de conseguir levar o discurso para radicalidade no momento em que as pessoas estão se preocupando com a manutenção, com essa resistência, que resiste a algo, mas muitas vezes não combate, não consegue transformar em ação política de fato, que combata e que construa outra coisa. Eu acho que a gente vive num momento que a radicalidade do discurso precisa ser encampada de alguma maneira e a Marcha tem essa potencialidade. Porque se uma mulher negra dentro do seu coletivo ligada a partidos, não se sente pronta para fazer alguns enfrentamentos internos, a Marcha pode fazer esse enfrentamento, saca? Externamente e internamente, o que não significa que essa ativista não corra atrás..., mas a Marcha tem esse potencial agregador, no sentido das mulheres que constroem e agregador no sentido de quem está fora olhando, sabe? Quem olha e pensa, nossa a Marcha de Mulheres Negras que importante, vou lá saber o que é... Acho que só quando a pessoa se aproxima, ela vai ver que a gente não é só uma Marcha, que a gente não constrói uma Marcha no dia 25 de julho e vai embora, a gente está junto o ano todo, a gente está criando coisa o ano todo, a gente está respondendo coisas o ano todo.

Então, é por isso que eu enquadro muito a Marcha das Mulheres Negras enquanto movimento porque a gente consegue ser fluído muitas vezes, mas ao mesmo tempo a gente consegue ter uma unidade, que só muitos coletivos, muito institucionalizados conseguem, por isso que acho que a gente é um modelo híbrido mesmo.

PARTE 3: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

Considerando a trajetória da luta de mulheres negras ao longo do tempo, qual o lugar da MMN nesse processo?

Sem dúvidas, a Marcha das Mulheres Negras não está apartada desse histórico de luta e resistência das mulheres. Quando a gente pensa que são as mulheres e os grupos de mulheres que tradicionalmente constroem luta e resistência, a gente vai ver a Marcha aparecendo nesse ciclo de continuidade, é legado das resistências quilombolas, por exemplo, dos quilombos de Teresa de Benguela, de Dandara, é legado também de Geledés, de Criola, de CEERT [Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades], de MNU, nós somos legados totalmente e talvez a gente só tenha essa capacidade de nos unir e ter uma ação política mais concisa em meio a nossa própria diversidade por conta disso, porque são movimentos que são movimentos, pessoas, ideias que amadureceram ao longo do tempo e que tem a partir daí essa leitura. Assim, tem um *Prezi* – você manja da ferramenta *Prezi*? – que eu fiz pra essa época aí do lançamento do Núcleo Impulsor e da Marcha das Mulheres Negras em São Paulo, que foi nesse 25 de julho antes do Akins nascer – que foi 2014 – ele é público, se você me lembrar eu te mando o link, ele traz essa ideia, fui pautando com a ajuda das meninas vários marcos importantes na luta das mulheres negras, as conferências, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, sabe? Fui pautando assim, a gente foi pontuando e no fim a aparece a Marcha das Mulheres Negras enquanto esse legado.... É muito nítido isso, acho que para as pessoas que constroem a marcha, é muito nítido como a gente não brotou, sabe? Que é continuidade, e aí a gente consegue ver essa continuidade de diversos modos, tanto olhando para os coletivos que compõem, e ver qual que é a base, qual é a raiz desses coletivos que vai desde grupos que se originaram nesse encontro de mulheres negras que aconteceu há 30 anos atrás, se originaram dessas articulações internacionais que as mulheres negras fazem, dos núcleos de base, então, você vai vendo como a gente está nessa mesma toada.

É um novo marco na luta das mulheres negras?

E ao mesmo tempo que a gente está nessa mesma toada, a gente é um marco, é um marco na organização das mulheres negras, porque as mulheres negras nunca tinham se proposto a isso, a construir uma Marcha Nacional, que fosse orientada nacionalmente de uma certa maneira e, ao mesmo tempo, precisa levar essa autonomia dos estados. Foi algo grandioso, que afetou, estamos todas afetadas, atravessadas pelo que aconteceu nas marchas. Quem não foi, ouve e os olhos brilham, quem foi, sabe... essa sensação de você olhar para trás, ali, quando a gente estava passando pelos ministérios de Brasília e ver aquele mar de mulheres negras e o que isso mostra? Mostra que a gente consegue sim ter uma ação política organizada, com diretrizes nacionais, pautando as nossas especificidades. A Dilma recebeu a gente, ganhamos uma proporção nacional, a gente volta para os territórios afetadas por isso.

O que muda em nossos territórios?

A gente volta para os territórios afetadas por isso e a gente percebeu que não dava para ficar separado, né? Porque a gente percebeu que havia uma demanda. Assim, nossa, esse grupo aqui se juntou para ir para Brasília e a gente foi para Brasília, e agora? A gente vai sumir? Não, a gente quer continuar. Então, a gente continuou um tempo enquanto Núcleo Impulsor de São Paulo e era estranho porque a Marcha já tinha passado, e aí a gente continuou como Núcleo Impulsor da Marcha, a gente demorou um tempo para se adaptar. A mesma coisa aconteceu em outros estados, que pós Marcha criaram novas instâncias de atuação, em Brasília, rolou o Fórum, teve estado que fez Frente, teve estado que fez coletivo e em São Paulo, a gente resolveu continuar esse coletivo que na verdade é uma grande frente e manter o nome, Marcha das Mulheres Negras só que agora de São Paulo, e assim, o fizemos.

Eu acho que é importante dizer, Ju, que a gente percebeu que tinha um espaço, nesse tecido do movimento social, tinha um espaço que não estava sendo ocupado ou não era ocupado com uma legitimidade como a que a Marcha conquistou por ser tão ampla. Começamos a ser referência desse tipo de espaço agregador. Embora a gente não estivesse em todas as construções que aconteciam, a gente tinha mulheres que participavam da Marcha e eram partidárias, ou participavam da Marcha e eram autonomistas. E isso foi trazendo legitimidade, do tipo se você vai falar de mulheres negras em São Paulo, você tem que falar com a Marcha e isso a gente só conseguiu construir, enquanto movimento, por conta dessa nossa diversidade. Então na Marcha a gente tem quem consiga articular mulheres negras trans, mulheres negras bissexuais, mulheres negras com HIV, mulheres negras catadoras, mulheres negras mães, mulheres negras que perderam seus filhos pela violência de Estado, mulheres negras

comunicadoras, mulheres negras institucionalizadas, mulheres negras anarquistas, então assim a gente possui uma gama muito ampla de visões de mundo e mesmo assim está junto. Porque é isso, a gente se pauta pelo que nos une e não pelo que nos separa, sem ignorar as nossas especificidades, então, eu acho que a gente acabou ganhando uma maior proporção por conta disso. E quando a gente fica junto e se estabelece enquanto coletivo e vai, faz evento, faz Julho das Pretas, solta nota... Aconteceu os absurdos, chacinas, a gente soltava nota de repúdio, como a gente faz até hoje, a gente se posiciona publicamente sobre as coisas, isso também é algo que alguns movimentos já não faziam mais, entidades de mulheres negras já não faziam mais... tinham as grandes cartas às vezes que todo mundo assinava, mas a gente normalmente assinava as cartas que rolavam e ainda fazia uma nota nossa, então com isso foi marcando um lugar.

PARTE 4: BEM VIVER E AS UTOPIAS

O Bem Viver inaugura um novo modo de atuação do movimento de mulheres negras?

Sobre Bem Viver, isso é o que eu gostaria, que todas as mulheres soubessem o que é e que o Bem Viver inaugurasse essa nova atuação, que é contemporânea, mas ao mesmo tempo já existiu. De estar muito ligado aos movimentos de base, articulando gênero, raça e classe, feminismo, feminismo negro, feminismo decolonial, feminismo abolicionista, sabe assim? Mas eu ainda acho que a gente está tateando esse território, que a gente não sabe como que é, nacionalmente não há uma fala uníssona sobre o Bem Viver, há o que a Nilma Bentes fala, há o que a gente está falando aqui, outros coletivos falam algumas coisas, mas a gente não conseguiu fechar algo. Estou indo agora nesse encontro também nessa perspectiva de ouvir como o Bem Viver está sendo tratado e falado e discutido por aí. Para mim, seria muito importante se a conseguisse discutir o Bem Viver, até o final, como um modo mesmo de luta das mulheres negras.

Entre a luta institucional e a construção das utopias, qual o lugar da luta de mulheres negras?

Eu acho que a gente está apostando nessa pluralidade, nessa galera que faz a luta pela institucionalidade, inclusive, adentrando as Assembleias, Congresso, as Câmaras dos Vereadores e como isso é importante, é importante a gente está aí e apoiar, mas também é importante a gente conseguir levar o discurso para uma radicalidade, sempre trazer esse

elemento meio essencial, sabe? Então, por exemplo quando se fala muito em Ângela Davis e é lindo e maravilhoso e falam dela enquanto feminista, mas às vezes a gente esquece de discutir essa Angela Davis que fala sobre o sistema prisional, que fala sobre essa questão das prisões, como a gente vai ser feminista se a gente não falar sobre as prisões, se a gente não falar sobre esse punitivismo? Eu sinto, às vezes, que a Marcha pode cumprir esse papel de trazer sempre essa radicalidade que às vezes fica escondida, mas isso é mais um desejo do que a realidade. Eu acho que a gente chega muito próxima disso, mas a gente ainda não tem isso como ponto central assim de ação, talvez um dia.

Qual a utopia a ser construída pela luta antirracista liderada pelas mulheres negras?

Para mim a utopia é essa, como a gente se articula para construir uma sociedade longe do capitalismo e que seja menos desigual? E aí não basta construir uma sociedade longe do capitalismo, a gente tem países e experiências reais de socialismo, desse socialismo real, enfim, experiências nesse sentido e que mesmo assim mostraram os limites do combate da luta antirracista e da luta feminista. Esse passo ninguém deu ainda e eu acho que a gente tem que mesmo sabendo das dificuldades, mirar nesse passo.

ENTREVISTA III – NEON CUNHA

Neon Cunha – 48 anos, mulher negra trans, publicitária, atua como funcionária pública em São Bernardo do Campo, integra o GT de Comunicação da Marcha de Mulheres Negras. Ingressa na articulação paulista em 2016, a partir de um convite de Nilza Iraci, coordenadora de comunicação do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Referência de atuação na agenda LGBT, se tornou um ícone da luta em seu processo de retificação de nome. Representou a capital de São Paulo na coordenação do Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu em dezembro de 2018.

Entrevista por telefone, durante seu expediente de trabalho.

Duração: 31 min.

PARTE 1: TRAJETÓRIAS DE LUTA – RECONHECENDO OS PASSOS DAS ATIVISTAS

Meu nome, atualmente é, depois de uma luta, Neon dos Afonsos Cunha, 48 anos, formação em publicidade e propaganda. Basicamente eu me reconheci menina com dois anos e meio de idade. Sou de uma família vinda do interior de Minas Gerais, com dez filhos, uma mãe que trabalhava como faxineira, que ficava mais fora do que dentro de casa para poder sustentar seus dez filhos e um pai que faz a trajetória clássica de trabalhar como metalúrgico.

Minha mãe deixa o processo de se tornar enfermeira para ser empregada doméstica, faxineira e bom, é isso. Eu já tinha me reconhecido menina e com todas as precariedades, pobreza, o maior processo de dificuldade foi a minha formação acadêmica, mas eu consegui e podemos voltar mais para a minha história se achar conveniente, mas é fundamental pontuar o lugar que eu venho, de extrema pobreza e aonde estou que é São Bernardo, uma cidade do interior. No tempo da ditadura, depois abertura de ditadura, greves de metalúrgicos, esse é o contexto histórico que eu vou ter como base para minha formação escolar e de vivência. Começo a trabalhar com 11 anos, estou há 36 anos no mesmo emprego, sou funcionária pública em São Bernardo do Campo, meu título é de mensageira, hoje eu tenho cargo de chefe de seção, isso tudo é importante dizer para entender as opressões, como elas atuam na interseccionalidade, como elas nos permeiam.

Entendo minha condição de mulher transgênera, entendendo a transgeneridade como a condição no gênero, porque primeiro eu me percebo no gênero, não uso transição e aí está uma discussão muito importante enquanto mulher negra. Daí retomar em Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, o conceito de oralidade, a oralidade como um instrumento de construção social para gente e é nesse contexto que fui me apropriando de terminologias adequadas no meu entendimento, dentro desta condição no gênero. Isto porque geralmente as pessoas transgêneras do Brasil usam transicionando, eu enquanto mulher negra uso o percebimento.

Numa conversa, aprendi com a Conceição Evaristo, o percebimento para mim é muito mais forte, quando é que você percebe que as coisas acontecem? E aí? Por que eu estou pontuando isso? Dentro do meu ativismo, a primeira opressão que eu tenho que lidar é a misoginia, naquela condição de que você não pode se ver/viver enquanto menina, mas a primeira que é latente e gritante para mim, enquanto exclusão social, é quando eu me percebo negra, é na escola, com oito anos de idade, quando as outras meninas dizem para mim, porque a questão de gênero não era pontuada pelas outras meninas porque era um núcleo que estabeleci mais contato até pela lógica da construção. Nesse encontro que foi se dá primeira opressão estrutural de racismo quando elas dizem para mim assim – e eu tenho consciência de que é uma

coisa que mexe e machuca: a gente não vai andar com você, a gente não quer andar com você porque você tem cor de sujeira, cor de papel que embrulha os cadernos, que era papel pardo. Só para pontuar a minha primeira percepção do racismo.

O que você percebe primeiro entre as opressões, então, é o racismo?

Sim, é aquele que consigo identificar de forma nítida. Tem as violências sofridas pela mãe em relação ao pai, entre tantas outras, mas a gente acaba naturalizando essas violências de gênero, mas o mesmo não ocorreu com o racismo.

E como começa o seu ativismo? Já na agenda LGBT?

Enquanto ativista, durante muitos anos diante da família, de elaborar essa construção de família, eu tive que fazer esse papel social de homem, embora eu nunca me vi como homem, me vi como sujeito, objeto, aí inferior, por não cumprir com as imposições sociais. Foi em 2014 que eu disse não aguento mais e joguei tudo e vivi a minha condição de mulher como sempre fui. Mas algo que me incomodou muito nos movimentos sociais foi justamente a patologização de pessoas trans, aí eu já cansada disso, dessa articulação de gênero, queria que o movimento fosse mais articulado, tivesse outros olhares... Mas a minha militância já vinha de antes, porque já tinha experiência no movimento estudantil, entre outras coisas, mas o que vem de fato é isso, até porque são mil reflexões, tem áudios, vídeos, mas o meu grande eixo é quando eu abro uma ação, peço para o advogado a retificação de nome, gênero e ridiculamente sou patologizada, disforia de gênero. E aí pego na alegação do direito e peço morte assistida caso minha retificação de nome e gênero no registro civil não fosse aceita, isso vai gerar matéria pra Folha, vamos ter uma série de pessoas que vão falar sobre isso, inclusive também começo a articular mais, vou para os espaços de ativismo. Sou uma pessoa que não falava muito em público, evitava falar em público, desde então eu tenho falado muito em público, eu assumi a responsabilidade inclusive de provocar e questionar o próprio movimento de pessoas trans no Brasil que fala muito em identidade e ao mesmo tempo levar para reflexão de mulheres negras o privilégio da cisgeneridade. Porque isso deveria ser mais tranquilo, uma vez que penso no processo que Sueli traz pra gente de reflexão sobre a desumanização, é esse lugar que a gente ocupa, então imagina uma mulher negra, ameríndia e transgênera, mais especificamente mulher negra, transgênera e da América Latina, porque não adianta falar que é igual da América do Norte, justamente por conta desse contexto ameríndio, o que é ser uma mulher negra ameríndia,

transgênera vivendo no Brasil? Essas são as condicionantes, a abjeção da abjeção. Eu abri esse processo, que tem uma visibilidade, que cria também uma reflexão para todo mundo.

E por que você escolhe o movimento de mulheres negras para atuar?

Para mim é mais importante o movimento de mulheres negras, é o que eu falo em qualquer lugar... porque é a condição do gênero, não a validação ou a questão do gênero, porque a questão racial para mim é uma das questões mais estruturantes no Brasil, dialogando com a questão de classe, de pensar que classe no Brasil, ela tem raça e gênero. Em outras palavras, é o núcleo de mulheres negras que vai estabelecer o que eu chamo de aproximação/proximidade com a humanidade.

Eu entendo a humanidade e aí a gente tem que usar o cissexismo porque é a ideia de que a cisgeneridade não é problematizada, eu não tô pensando... Eu vejo inúmeras identidades que existiam antes da colonização, pensar que a colonização nega as inúmeras identidades e é a questão do capital, principalmente e, também tem a religiosidade que nega as matrizes africanas... é aquela branquitude tóxica com tudo, com o feminismo que exclui o negro, o feminismo que exclui as mulheres trans, não existe isso no feminismo negro, as grandes pensadoras negras estão o tempo todo também articulando a sobrevivência de mulheres trans. Pensar o que Ângela Davis vai falar que nós não devemos nos considerar na categoria mulher, porque ela é uma categoria que esconde privilégios, que devemos considerar a categoria de mulheres trans porque ela rompe com esse lugar.

Você acredita que o feminismo negro está confrontando essa ideia de humanidade?

Sim, estamos rompendo com os privilégios, porque a nossa academia quando vai validar a fala de mulheres negras ela clama principalmente pela produção branca, a gente que está ressignificando a academia. Estamos construindo uma nova teoria do conhecimento, que está justamente confrontando essa ideia de humanidade.

E como você chega à Marcha de Mulheres Negras de São Paulo?

Na verdade, teve uma reunião, do Mulheres da Paz e eu estava lá e conheço a Nilza Iraci do Geledés, e a Nilza fala do encontro da Marcha de Mulheres Negras. Aliás Geledés e Criola são dois instrumentos importantíssimos da minha construção, mais a proximidade com a Nilza, com o Geledés, com a Maria Silvia, com várias pessoas, mulheres ativistas negras, estou mencionando as que vem na cabeça... e ela me convida para a construção da Marcha e aí na

dororidade, aqui estou mencionando o conceito da Vilma Andrade do Rio de Janeiro, é o que vai nos unir.

Você participou da Marcha das Mulheres Negras de 2015?

Não, eu vou na primeira marcha de 2016, em 2015 eu não sei como estava a inserção de mulheres trans. A partir de então, tenho ido todos os anos, participado das reuniões, das construções, com todos os dramas, todas as questões, falta de recursos, como fazer. É um Núcleo Impulsionador, mas ainda assim é pouca gente para dar conta de botar essa marcha na rua... é um momento de conexão mesmo, muito forte, e assim vai criando... você sabe quando tem uma necessidade concreta? Precisamos nos mobilizar de alguma forma, vamos nos agilizar, é bem mais forte do que a gente imagina.

[...]

Uma coisa que é importante de mencionar é que eu sou uma ativista independente. E quando tem que colocar aonde tenho articulado, eu coloco Marcha de Mulheres Negras de São Paulo.

PARTE 2: CARACTERIZANDO A MMN E ATUAÇÃO PAULISTANA

Para você o que significa a MMN SP?

O que é a Marcha? Mesmo nessa questão de narrativas, eu na verdade tenho comparado muito a marcha, embora as dimensões sejam diferentes, ao Black Lives Matter. Eu acho que a Marcha é uma incógnita que funciona, todo mundo tem função, todo mundo está articulando, porque a hora da construção da Marcha é o ponto de convergência.

[...]

A Marcha não se fechou nesse discurso do feminismo politizado, ela trouxe essa ideia do feminismo que é movimento, que absorve, respeita e trata as diferenças como ponto de similaridade, é o que nos une.

PARTE 3: MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

A experiência da Marcha das Mulheres Negras é um novo marco na luta das mulheres negras?

Sim, é um novo marco a Marcha de Mulheres Negras em São Paulo, principalmente por conta das novas possibilidades de afeto, novas possibilidades de reconhecimento de humanidade e dignidade, de um olhar sensível em constante construção, é um vigiar e nutrir, existe uma coisa nesse núcleo, existem um novo sensível, a consideração pela subjetividade, a gente tem buscado muito essa consciência.

PARTE 4: BEM VIVER E AS UTOPIAS

O Bem Viver inaugura um novo modo de atuação do movimento de mulheres negras?

Eu acho que o Bem Viver aqui no Brasil está em construção, ele existe, foi apresentado, acho que a Juliana Gonçalves tem sido uma grande pesquisadora de tal cosmovisão.

É interessante, eu vim conhecer o Bem Viver a partir da Marcha e para mim é uma outra coisa, a gente vai falar muito mais disso, ele vai substituir o se dar bem, por viver bem, ou melhor corrigindo, pelo Bem Viver. Olhar para o passado da nossa ancestralidade, para desconstruir essa contemporaneidade que já decodificou tudo. Mas pensando nisso, o Bem Viver vai dialogar muito com essa coisa de América Latina, muitas vezes o Brasil se recusa a se encarar enquanto América Latina e isso é muito ampliador para gente, porque vai ampliar a nossa relação e estabelecer diálogo com povos originários, com mulheres indígenas.

Também participei dessa construção junto com a Marcha, vou estar no EFLAC [Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho] e saiu um manifesto inclusive dizendo que precisa enegrecer e transgenerizar o feminismo. Então, quem vai dialogar com esse processo andino, de América Latina é o Bem Viver.

O Bem Viver seria um novo modelo de sociedade proposto pelo conjunto do movimento? O movimento de mulheres negras assume o Bem Viver como este horizonte de um novo mundo?

Assim, são duas questões para mim: primeiro tomar conhecimento da construção deste conhecimento, desta vivência a partir da Marcha e o segundo momento é assumir uma responsabilidade a partir do que a Marcha tem proposto. Já que esse novo mundo teria como base tantas coisas, mas o Bem Viver é central sim, ele é o grande questionador, ele não é a

negação da individualidade, ele é a negação do egoísmo, e aí para construir uma sociedade melhor, o Bem Viver desponta como centro da anulação das inúmeras opressões que incidem nos diferentes modos de ser mulher negra, no modo como a gente pode construir uma vivência melhor para todas as mulheres negras, para todas as suas possibilidades e diversas identidades, dos diversos tons.

Entre a luta institucional e a construção das utopias, qual o lugar da luta de mulheres negras?

A luta das mulheres está no lugar específico do sonho possível, eu sou super adepta a utopia, ao direito de sonhar, mas o que as mulheres negras têm feito é tornar os sonhos possíveis.